

KOSOVO E A ORDEM IMPERIAL

A recente guerra nos Balcãs é mais uma demonstração de que os processos econômicos e políticos em curso no mundo nada têm de progressistas. Vivemos hoje sob o domínio imperial dos Estados Unidos, imposto a ferro e fogo sobre todo o planeta.

Se a guerra do Golfo, contra Saddam Hussein, em 1991, foi travada sob a bandeira da ONU, na defesa da soberania de um Estado invadido por outro, agora tivemos uma guerra travada pela Otan e impulsionada pelo governo Clinton e pelos governos social-democratas da União Europeia contra um país que alegava defender sua integridade territorial, ameaçada por separatistas.

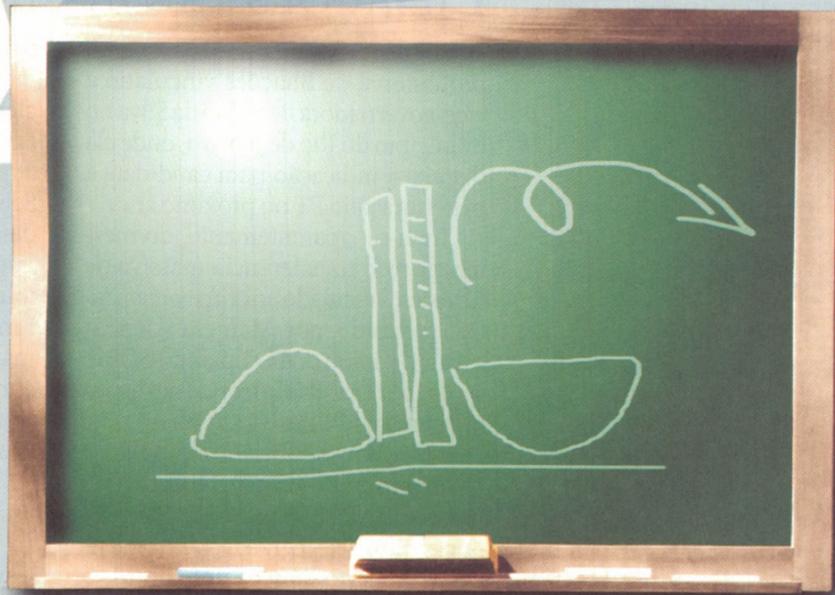
Como contra Saddam Hussein, a intervenção aberta foi possível porque a ação do Milosevic era indefensável. Kosovo é uma região de população esmagadoramente albanesa e tem direito a se separar de uma Iugoslávia dominada pela Sérvia. A política de limpeza étnica de Kosovo conduzida pelos nacionalistas sérvios era criminoso e tinha que ser combatida.

Mas a opção de destruir a Iugoslávia através de bombardeios em nada ajudou esta luta. Pelo contrário, além provocar a morte de milhares de inocentes, vítimas de "ermos" e "acertos" da Otan, ela acelerou o deslocamento da população albanesa em Kosovo e os massacres promovidos pelos grupos ultra-nacionalistas sérvios. Agora, com o recuo de Milosevic, Kosovo transforma-se em um novo protetorado da Otan, como já é a Bósnia, e um governo títere está sendo montado (uma consulta popular só será realizada em três anos).

Há muito mais do que o destino dos kosovares em jogo. Com o fim do mundo bipolar pelo colapso da União Soviética, os países imperialistas — uma denominação que tem pouca legitimidade aos olhos da mídia integrada, mas parece mais atual do que nunca — sentem que têm muito mais condições de impor seus desígnios pela força militar. Também nisso o mundo neoliberal lembra as características mais regressivas do mundo liberal do século XIX, com o fardo ocidental da defesa da "humanidade" substituindo agora o "fardo do homem branco" vitoriano, portador da civilização.

A intervenção militar, apresentada sob a fachada "humanitária" (e dessa forma respaldada não apenas pela social-democracia, mas também por diversos partidos verdes da Europa), é facilitada igualmente pela aplicação de novas tecnologias na fabricação de armamentos controlados à distância. A economia da Iugoslávia foi desmantelada sem que nenhum soldado das tropas da Otan tenha sido morto — o que toma a guerra bem mais palatável para as populações destes países.

A guerra dos Balcãs nos introduz, com toda pompa e dramaticidade, o mundo do século XXI.



FORA FHC E O FMI!

MARCHA DO FÓRUM NACIONAL DE LUTAS QUER LEVAR 100 MIL PESSOAS A BRASÍLIA.

RAFAEL FREIRE E GUSTAVO CODAS

O Fórum Nacional de Lutas, que reúne movimentos sociais e partidos de oposição, decidiu realizar uma Marcha a Brasília, com um ato na Capital Federal com 100 mil manifestantes em 26 de agosto. Até lá será feita uma coleta de centenas de milhares de assinaturas cobrando do Congresso Nacional a abertura de uma CPI da venda do sistema Telebrás.

Gravações feitas em telefones da alta cúpula do governo FHC, mostraram o presidente da República intervindo diretamente para favorecer grupos econômicos na venda de patrimônio público nos leilões das empresas de telefonia, o que se constitui em crime de responsabilidade e dá base para a abertura de um processo de impeachment.

Este é um momento privilegia-

do para questionar o governo em seu conjunto, pelas suas negociações, pela subordinação ao capital internacional, pelo descalabro social, pela crise do seu modelo econômico e pelo redesenho autoritário do regime político que vem impondo à nação.

A tarefa prioritária da esquerda é hoje conduzir ações concretas que tragam amplos setores da população para um combate unificado e em todo o território nacional pelo fim desse governo. Isso significa elevar a luta a um nível político superior, vinculando a luta pelo fim do governo FHC ao questionamento do modelo econômico por ele imposto. Através dessa combinação poderemos tanto articular as lutas sociais com a luta política mais geral, como as iniciativas pelo fim do governo FHC

com a proposta de um governo democrático-popular.

DISPUTA NO BLOCO NO PODER

Um indicador de que estamos em um cenário de disputa de alternativas é oferecido pelos partidos da base governista. Os intermináveis e sucessivos atritos entre PSDB, PFL e PMDB expressam tentativas desses partidos de se acomodarem num cenário onde aumenta o ônus de ser governo.

As pesquisas de opinião mostram que a maioria da população rejeita FHC e se sente lesada pela situação econômica. Se a eleição fosse hoje, o presidente não seria capaz de eleger a seu sucessor.

Dai que figuras de expressão dos partidos governistas façam a

cada dia "gestos" que lhes dêem o alibi de serem simultaneamente "dissidentes" do rumo tomado pelo governo e membros conspícuos dele. Entendendo o recado da opinião pública, esses partidos que-rem conduzir a disputa das eleições municipais de 2000 aos temas locais, evitando a sua vinculação com os problemas nacionais. A FHC resta, neste momento, "se queixar" da situação e tentar "vender" a promessa que as coisas vão melhorar.

Enquanto os governistas tentam fragmentar e dispersar o debate político, o que a esquerda precisa é justamente centralizá-lo e orientá-lo para uma pauta nacional, que tenha o questionamento do governo FHC como foco principal. Esse é o conteúdo necessário para que sejam bem sucedidos o calendário e as atividades propostas pelo Fórum Nacional de Lutas.

A CRISE SOCIAL

A crise social se alastra como resultado da política implementada por FHC e pelo FMI para enfrentar a crise cambial de janeiro. Aumentos nas taxas de desemprego combinam-se com o crescente sucateamento dos serviços públicos essenciais. A falência de grandes redes de lojas varejistas são a ponta do iceberg de uma cadeia de inadimplência que começa com o trabalhador que não tem salário para pagar suas contas.

CONTINUA NA PÁGINA 3

NESTA EDIÇÃO

BALCÃS: A PRIMEIRA GUERRA DO SÉCULO XXI

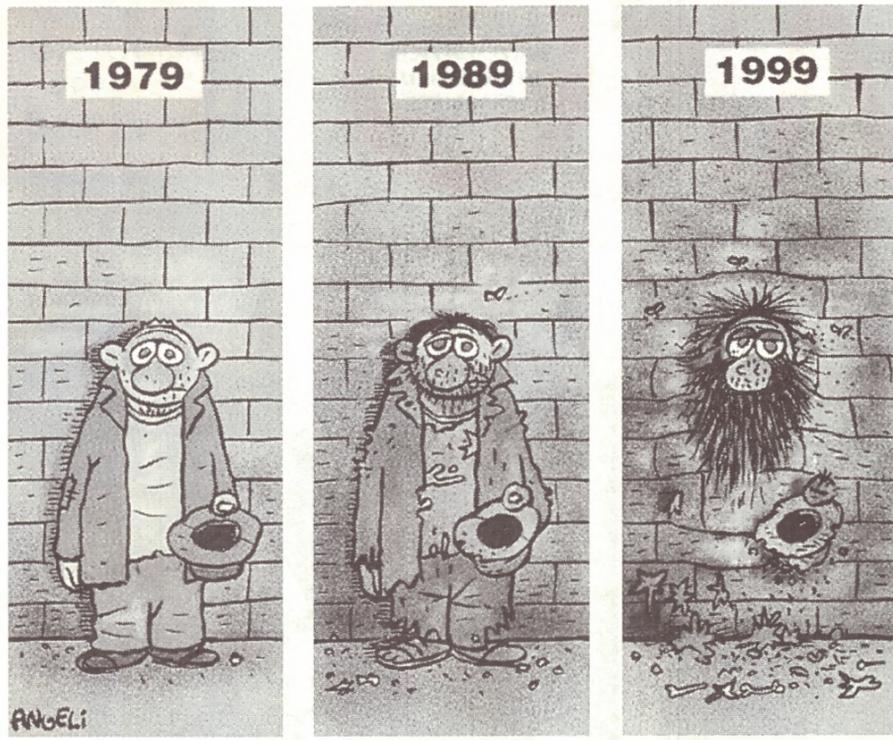
Um quadro da guerra travada pela OTAN contra a Iugoslávia e suas repercussões sobre as relações mundiais de poder

PÁGINAS 8 E 9

5ª CONFERÊNCIA NACIONAL DA TENDÊNCIA DEMOCRACIA SOCIALISTA DO PT. PÁGINAS 6 E 7



OTAVIANO DE CARVALHO, LEMBRANÇAS DE UMA GRANDE TRAJETÓRIA. PÁGINAS 10 E 11



MARCHA MUNDIAL DE MULHERES NO ANO 2.000

A Marcha Mundial de Mulheres partiu de uma iniciativa do movimento de mulheres do Québec no Canadá e hoje envolve 1.769 organizações de 124 países. Sua proposta é realizar ações a nível local, nacional e mundial para marcar a presença e as reivindicações das mulheres na luta contra a pobreza e a violência sexista. Estas ações acontecerão no período entre 8 de março e 17 de outubro, dia de luta contra a pobreza, do ano 2.000. Serão debates, reuniões nos bairros e outras iniciativas que compõem uma campanha de educação popular, e mobilizações de rua culminando com atos simultâneos nos diversos países e um ato central com representações dos países em frente à ONU e ao Banco Mundial.

No Brasil temos três desafios urgentes a enfrentar: compor uma pauta de reivindicações e uma agenda de luta com referência na realidade nacional, articular a marcha com as diversas manifestações e campanhas previstas para o próximo ano e formar uma coordenação nacional e comitês nos estados. Já existe uma coordenação provisória formada por várias entidades de caráter nacional que tem se ocupado de deslanchar o processo da Marcha no Brasil.

A Marcha têm uma pauta de reivindicações comum a todos os países envolvidos. Cabe a nós desdobrá-la em reivindicações dirigidas a nossos próprios governos, além de explicitar pontos importantes para o movimento feminista brasileiro. Nossa proposta é realizar uma série de discussões temáticas que permitam o conhecimento do debate atual, a produção coletiva de análises do ponto de vista das mulheres, a elaboração de propostas e estratégias de ação na conjuntura. Alguns temas sugeridos são: dívida externa; controle sobre as transações financeiras e Taxa Tobin; globalização e acordos de livre comércio como o AMI ou a nova rodada do GATT;

políticas públicas de combate à pobreza; a retomada do debate feminista sobre a prevenção e o combate à violência sexista; legalização do aborto; livre expressão do desejo sexual.

Este processo se inicia em alguns estados e é importante que se amplie. A coordenação provisória da Marcha pretende organizar uma reunião nacional em outubro próximo para nos colocarmos de acordo sobre esta agenda e compor uma coordenação nacional que dinamize o trabalho nos estados, prepare as iniciativas nacionais e se mantenha articulada com a coordenação mundial.

Uma preocupação presente é inserir esta campanha em uma agenda tão carregada como a do próximo ano. Teremos o XIII Encontro Nacional Feminista, o Encontro de Mulheres Negras, Encontros Latino-americanos de camponeses (CLOC) e movimentos populares (FCOC). Muitas de nós já estão envolvidas na Campanha Brasil 500 anos de resistência negra, indígena e popular e o Jubileu da Dívida Externa. Sem contar as eleições municipais.

Nosso desafio está sendo pensar a Marcha articulada às outras iniciativas que já estamos envolvidas, potencializando nossas ações, apresentando uma pauta própria das mulheres e dando visibilidade à nossa presença. Porém, mais do que isto, queremos retomar a articulação entre os grupos de mulheres em torno de uma ação concreta mostrando a capacidade da auto-organização das mulheres para mudar as relações desiguais entre os gêneros. E o que é interessante na proposta da Marcha é justamente a oportunidade de realizar uma ação de proporções internacionais fundada na organização autônoma das mulheres (mesmo que no interior de movimentos mistos).

Miriam Nobre

FILIAÇÕES FANTASMAS NO RIO

Foi flagrado um grande esquema profissional de filiações vinculado à vice-governadora Benedita da Silva no município do Rio de Janeiro, onde ela disputa a indicação para candidata à prefeitura pelo PT no próximo ano.

Trata-se, aparentemente, do mesmo tipo de transferência massiva de filiações, vinculado ao crime organizado, utilizado por Marcelo Alencar quando passou do PDT para o PSDB e, agora, por Luis Paulo Conde na disputa interna no PFL.

Descobriu-se que entre outubro e novembro de 1998 foram fundados, na mesma casa da Zona Oeste do Rio, 101 núcleos do PT. Este endereço é a residência de Roberto Marcos dos Santos, o Gaguinho, que se tornou bastante conhecido quando foi tema de uma reportagem do Fantástico por ter sido expulso do PDC por venda de legenda. As atas da fundação dos núcleos eram iguais. Os DM, DR e DN impugnaram os núcleos e

suas filiações.

Uma nova denúncia contra 34 núcleos ligados à Mercê Teixeira de Lacerda, suplente de deputado estadual pelo PSD, esta sendo investigada. Seis núcleos já foram impugnados e os demais estão sub judice. Neste caso, a fraude foi menor porque o processo foi interrompido pelo prazo limite para fundação de novos núcleos de 7 de maio. Este setor tinha entrado com recurso ao DN pedindo a ampliação do prazo de registro de novos núcleos (queriam o reconhecimento de mais 51 núcleos). Uma comissão do DN está investigando o assunto.

No primeiro caso, das filiações do Gaguinho, consta nas atas de fundação a presença de Mauro Alemão, secretário de organização do DM, ligado à Benedita, e de Wilson Ricardo, membro do DM, lotado no gabinete da vice-governadora. Ela disse desconhecer essas pessoas!

Tristeza no Folhetim

Quem não se lembra de tipos famosos como João Gibão, Zé do Burro, Viúva Porcina ou Odorico Paraguaçu, o prefeito folclórico de *O Bem-Amado* (1973), primeira telenovela a cores da televisão brasileira? Dias Gomes distilava sarcasmo e ironia, sempre traduzindo o cotidiano com muito humor e uma visão crítica fantástica. Numa vasta obra, escreveu cerca de 30 peças, além de romances e contos, onde construiu muitos tipos inesquecíveis. De *O pagador de promessas* (1959) que, adaptado ao cinema pelas mãos de Anselmo Duarte, ganhou a Palma de Ouro no Festival de Cannes, até *Roque Santeiro* (exibido em 85), Dias Gomes tocou sempre em pontos polêmicos como a reforma agrária, o jogo do bicho, o sincretismo religioso e a desigualdade social. A vontade de incomodar lhe era inata e ele a exercia usando personagens típicos do povo ou apelando para imagens surrealistas.

O dramaturgo esteve nas fileiras do Partido Comunista, embora numa autocritica tardia, feita nos anos 70, tenha se reconhecido um péssimo militante. Participou da luta contra a censura e de inúmeros movimentos políticos, mas sua arma principal era a palavra e dela fez uso com maestria.

Dias Gomes, que escrevia sem parar movido pela premonição de que morreria cedo, teve sua vida interrompida aos 76 anos, numa fria terça-feira, 18 de maio, numa esquina da paulistana Nove de Julho, sem cinto de segurança, num banco traseiro de um taxi, na conversão proibida efetuada por um motorista que bem podia ser um de seus personagens. Uma fatalidade (que teima em aparecer nas horas impróprias) encerrou sua obra e deixou um vácuo na dramaturgia brasileira. **Gilberto da Silva**

A S S I N E

Envie seus dados (nome e endereço) juntamente com cheque nominal à ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA, Alameda Barão de Limeira, 1232, CEP 01202-002, São Paulo/SP ou deposite no Bradesco, agência 0136-8, conta 105510-0, nominal à ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA.

Assinatura anual (4 números) - R\$ 25,00

REVISTA SEM
TERRA

Fone/Fax: (011) 3361-3866 - E-mail: semterra@mst.org.br

A S S I N E

CORREIO DA CIDADANIA

Assinatura anual (50 números) - R\$ 25,00
Assinatura semestral (25 números) - R\$ 50,00

Envie seus dados (nome e endereço) juntamente com cheque nominal ao CORREIO DA CIDADANIA para Rua Dr Alberto Seabra, 1010, cj 31 CEP 05452-001 - São Paulo/SP ou deposite em conta no Banespa, agência 0451, conta 13-001552-9, nominal ao Correio da Cidadania.

Telefax: (011) 3021-5409 E-mail: correio@cidadanet.org.br

EM TEMPO MINHA OPÇÃO DE ASSINATURA É:

APOIO: 50,00 NORMAL: 30,00

NOME: _____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ UF: _____

CEP: _____ FONE: _____

Envie juntamente com o cheque nominal a EDIÇÕES ET LTDA, Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo - SP - CEP 01151-000 ou faça contato pelo telefone (011) 3666-5550. Os assinantes de apoio recebem junto com o jornal os "Cadernos EM TEMPO".

Nesta edição: *Rosa Luxemburgo: um Marxismo para o Século XXI*, de Michael Löwy e *O que Permanece da Crítica Socialista ao Capitalismo?*, de José de Souza Martins.

FORA FHC E O FMI!

ACUT planeja realizar um acampamento com desempregados em Brasília para protestar contra essa situação. Trata-se de uma iniciativa importante, ainda que incompleta. Para terem uma política inteira, os sindicatos cutistas também devem se preocupar em organizar os desempregados, buscando ações conjuntas com outros movimentos, como as organizadas pela Central de Movimentos Populares e pelo MST.

Os governos da cidade e do Estado de São Paulo estão apressadamente implementando programas de "frente de trabalho" urbanas para dar um salário mínimo aos desempregados que não têm acesso ao seguro-desemprego – no caso da capital paulista, para recuperar alguma legitimidade depois de ter caído em completo descrédito. No total são 60 mil vagas. A imprensa conservadora já se mobiliza para estender essa política para outras regiões metropolitanas.

Enquanto se implementa nas cidades uma política compensatória pontual, no campo há um cerco político-policial ao MST. As violentas repressões que trabalhadores sem-terra estão sofrendo a mãos das Polícias Militares e de paramilitares em São Paulo e Paraná se dão justamente no momento em que o governo inicia a implementação do "Banco da Terra" dentro da estratégia do "Novo Mundo Rural". Enquanto reprime violentamente o MST, busca atrair a Contag e o sindicalismo rural para participarem do "Banco", arrastando o sindicalismo rural para uma nova arena institucional com promessas de financiamentos.

O bloco do governo tenta, assim, esvaziar o potencial político da crise social, reduzindo o desemprego a um problema de assistência social e procurando isolar ao MST. Mas estas ainda são batalhas a serem travadas e as direções da CUT e do PT têm um papel chave na sua preparação.

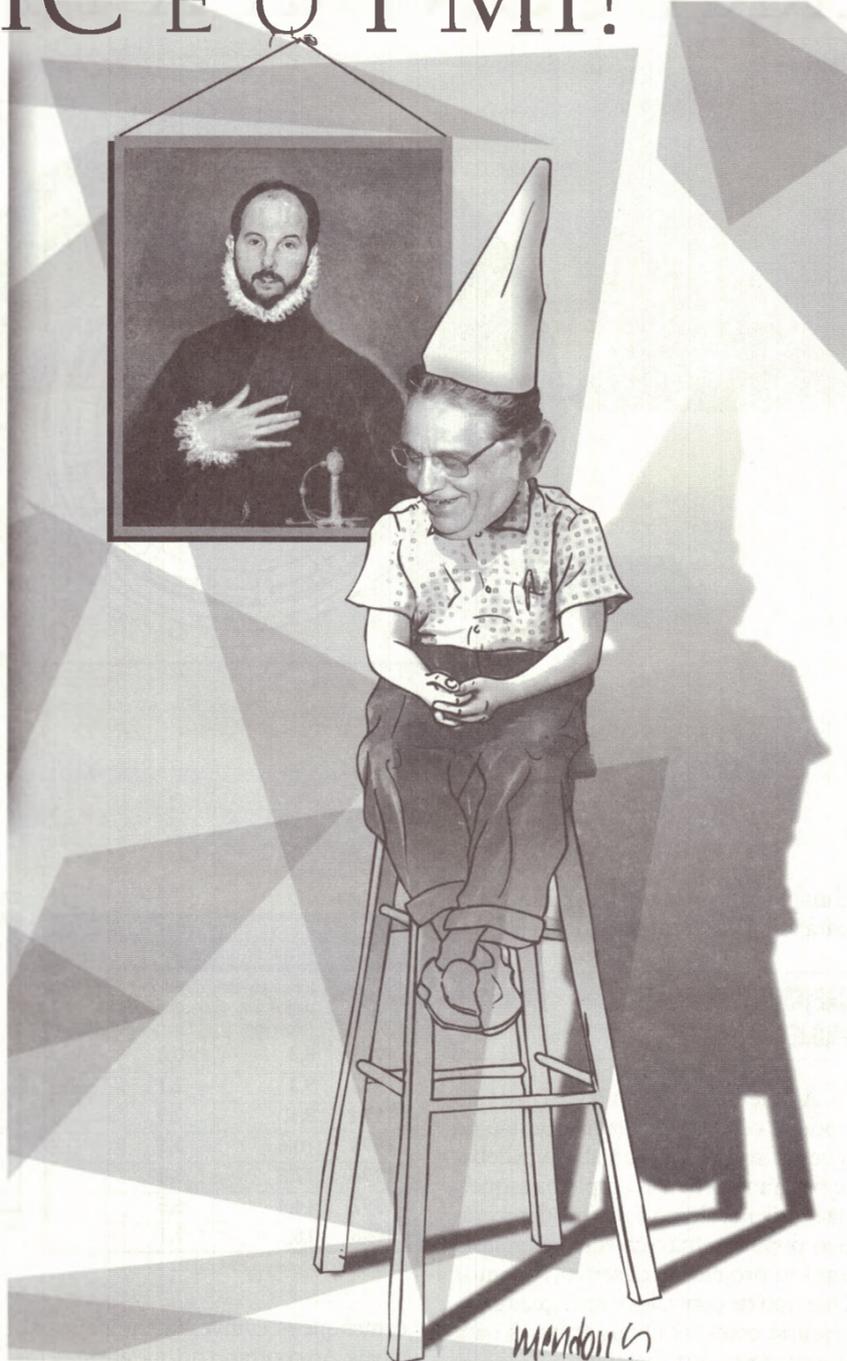
A coordenação dos calendários dos diversos movimentos sociais é fundamental para nossos objetivos. O acampamento de desempregados em Brasília, a marcha nacional pela educação, o dia nacional dos trabalhadores rurais e o Grito dos Excluídos são algumas das atividades preparadas para acontecer entre julho e setembro.

ORGANIZAR A CAMPANHA

Organizar a campanha a proposta pelo Fórum Nacional de Lutas pressupõe mudar o padrão organizativo utilizado nos recentes dias nacionais de protestos. Não basta uma propaganda difusa e genérica. Não se trata apenas de panfletos de convocatória e um "caminhão de som" no dia marcado.

Trata-se de transformar cada sede de sindicato e diretório partidário, cada núcleo de movimento popular, em espaços de organização e agitação da campanha.

Essa dimensão organizativa é fundamental porque estamos falando em criar na população uma consciência que supere o atual estágio de uma opinião pública de oposição que ainda não se engaja em atos de oposição. Já avançamos na unificação política do movimento democrático e popular: as posições adotadas pelo



PARA VIABILIZAR O ATO EM BRASÍLIA É NECESSÁRIO TRANSFORMAR CADA SINDICATO E DIRETÓRIO EM ESPAÇO DE ORGANIZAÇÃO E AGITAÇÃO.

RAFAEL FREIRE E GUSTAVO CODAS

PT face ao governo FHC e as resoluções do Tribunal da Dívida Externa, reunido no Rio de Janeiro em abril, definem referências importantes para a presente conjuntura, que devem agora ser traduzidas em mobilização de massas.

Contra as tentativas governistas de "fragmentar" o debate político, os esforços da oposição de esquerda devem ser para unificá-lo. Desemprego, desmantelamento dos serviços sociais, perda de direitos trabalhistas e sociais, favorecimento a grupos econômicos nas privatizações ou via Banco Central, quebra do "pacto federativo" em detrimento de Estados e Municípios, indicação de um torturador para chefiar a Polícia Federal, massacres de trabalhadores sem-terra, recolonização do Brasil pelo capital imperialista, submissão frente as investidas militaristas e hegemônicas do governo dos EUA no conflagrado cenário internacional, são todas facetas de um mesmo governo e de uma mesma política.

Essas são as razões para exigir o fim desse governo já e sua substituição por outro que implemente uma política de ruptura com o FMI e de defesa dos interesses populares e nacionais.

RAFAEL FREIRE É MEMBRO DA EXECUTIVA NACIONAL DA CUT E GUSTAVO CODAS É ACESSOR DA CUT NACIONAL.

PARA ONDE VAI A CPI DOS BANCOS?

QUE QUE PODERIA FAZER
UMA CPI CUJO
FUNDAMENTO É PROTEGER
O GOVERNO E ACOBERTAR
SUAS RESPONSABILIDADES?

AVENZOAR ARRUDA

As operações financeiras do Banco Central, ou mais precisamente, as suas ações com o capital financeiro, sempre despertaram fortes suspeitas em toda a população com um mínimo de informação sobre o assunto.

O poder de intervir no mercado financeiro, seja através de variação das taxas de juros, seja através da política cambial, seja "ajudando" diretamente aos bancos falidos, permite ao Banco Central transformar pobres em ricos e ricos em pobres da noite para o dia. Saber, com antecedência, o que o Banco Central vai fazer é a chave do tesouro e quem tem essa chave pode vendê-la ou alugá-la por um preço incalculável.

Acontece que no mês de janeiro, às vésperas da desvalorização do real, alguns bancos compraram dólar e logo em seguida à desvalorização, venderam esses dólares. Com base nesse fato, denunciado por Milton Temer e Aloísio Mercadante, algumas questões foram levantadas sem que existam respostas convincentes.

Por que somente alguns bancos, e não

todos, fizeram a operação? Por que comprar os dólares apenas na véspera da desvalorização e não durante, pelo menos, um período de um mês? Há fortes indícios de que alguns bancos obtiveram informações privilegiadas. Seria preciso apurar. Mas uma investigação séria e pormenorizada destes fatos, fatalmente chegaria a conclusão que o sistema financeiro é um crime organizado e o governo uma quadrilha de plantão.

NÃO À CPI DA CÂMARA

Por esta razão a CPI não foi instalada na Câmara dos Deputados e nem foi aceita uma CPI mista (Câmara e Senado) para o caso. Vários subterfúgios foram utilizados, inclusive o desarquivamento das CPIs da Funai, da borracha e do desperdício de alimentos, somente para usar o regimento e impedir a instalação de uma nova CPI. Isso não significa que o governo não teria a maioria na CPI caso esta fosse instalada na Câmara, mas certamente precisaria de um lugar mais seguro. Por que não o Senado? Foi aí que o senador Jader Barbalho, necessitando de um fato para aparecer na cena política, completamente ocupada por ACM e sua CPI do judiciário, tomou para si a responsabilidade de requerer a CPI do Sistema Financeiro. No Senado, é evidente. Acontece que uma CPI é antes de tudo um instrumento político próprio para as investigações político-administrativas, já que para investigar os cidadãos comuns o Ministério Público e a polícia são instrumentos mais adequados. O que poderia fazer uma CPI cujo fundamento é proteger o governo e acobertar suas responsabilidades?

Primeiro era preciso circunscrever o problema a algo pequeno mas vistoso, e então encontraram os bancos Marka e o Fontecidam; depois seria preciso encontrar alguns culpados e aí apareceu Chico Lopes. O que mais poderíamos esperar desta CPI? Que alguns depoimentos bombas viessem a tona e desmontassem a "torre de babel"? Veio, então, um membro do Ministério Público e disse que havia uma coisa chamada Carta Circular n.º 5, e que as contas CC5 são grandes portas para saída de dinheiro do país. Banqueiros, especuladores, empresários, políticos, etc. muita gente "grande" envolvida nas transferências de recursos para o exterior. E então o que vai acontecer? Ora, a CPI vai acabar por esgotamento de prazo. Mas qualquer CPI, por mais controlada que seja, é sempre um terreno pantanoso para o governo, principalmente para um governo eivado de corrupção como o de FHC; portanto, embora improvável, ainda podem acontecer fatos novos.

De tudo isto restam algumas lições: a primeira é que as CPIs – quando reduzidas ao campo institucional – normalmente caminham na direção que o poder quer; a segunda é que os famosos sigilos bancários e fiscais, que são segredos apenas para a maioria da população mas bem visíveis para o alto comando das classes dominantes, servem apenas para proteger os crimes da própria classe dominante.

É hora de lutarmos pelo fim dos sigilos bancários e fiscal, em defesa da transparência e da democracia, pois os trabalhadores não têm nada a perder.

AVENZOAR ARRUDA É DEPUTADO FEDERAL PELO PT DA PARAIBA

UMA GUERRA CONTRA A NAÇÃO

OS INVESTIMENTOS DIRETOS DE EMPRESAS MULTINACIONAIS TAMBÉM NÃO SÃO UM BOM NEGÓCIO PARA O BRASIL.

GUSTAVO CODAS

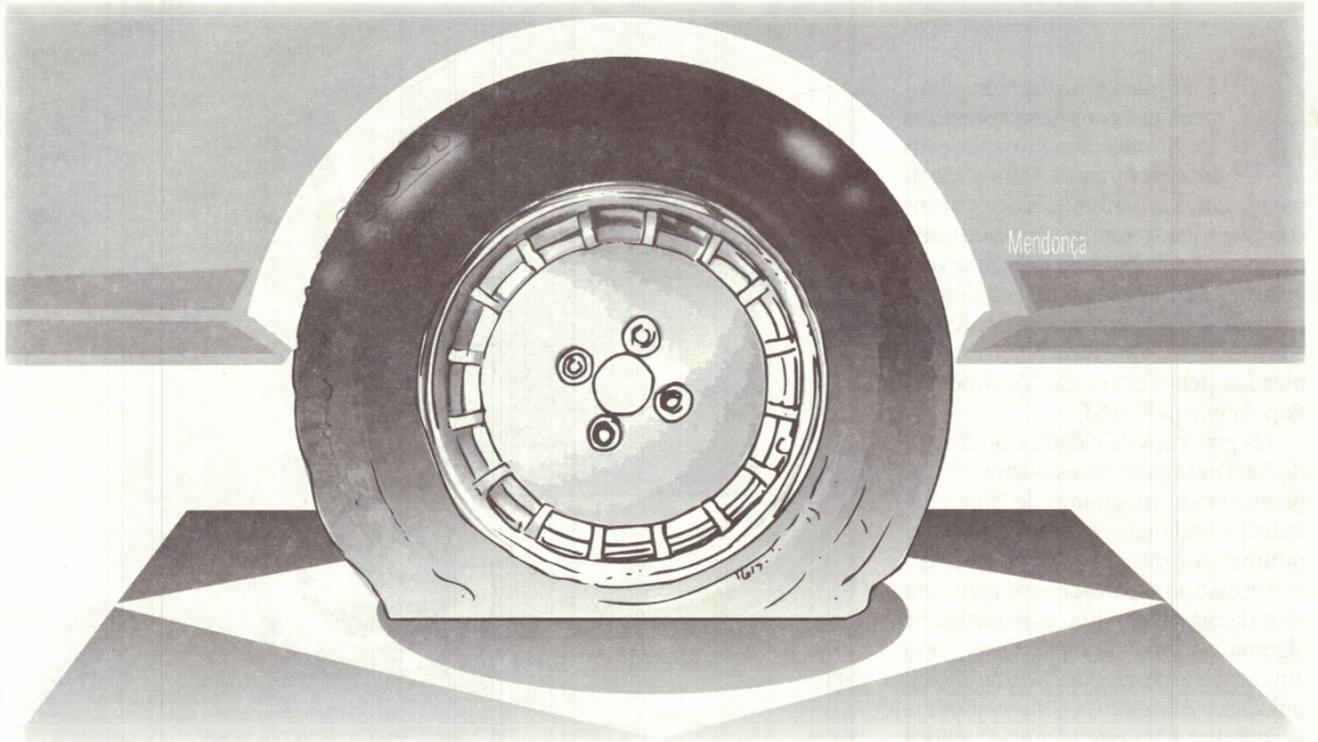
Um novo capítulo da "guerra fiscal". O governo *carlista* da Bahia fechou acordo com a Ford para levar o projeto Amazon a esse Estado. Mas tudo depende de que a Bahia desvie dinheiro de outras prioridades; obtenha, com o governo federal, recursos que não tem, e passe por cima do regime automotivo para, a pretexto de estimular o desenvolvimento do Nordeste, conceder ainda maiores incentivos públicos federais para a multinacional.

Como o governo federal participou das manobras para retirar a Ford de Rio Grande do Sul, a empresa obviamente acabou conseguindo na Bahia regalias ainda maiores que as que já tinha acertado com o governo Britto em Rio Grande do Sul em 1998. A intenção imediata de FHC e seus aliados teria sido a de "punir" a população do Estado que elegeu um governo de esquerda (FSP, 27/06/99, pág. 1-12). Como toda a fase de implantação de projetos como esse se baseia em promessas (de criação de empregos, de aumento do PIB estadual etc.) há um amplo campo para a manipulação da opinião pública por parte da imprensa conservadora contra o projeto democrático-popular.

O verdadeiro resultado dessa política é o esgarçamento da nação em benefício de capitais multinacionais. Cada Estado se candidata a investimentos multinacionais renunciando a impostos, concedendo financiamentos baratos, doando terrenos e obras de infra-estrutura, prometendo mão-de-obra assalariada qualificada e com baixos salários, num leilão às avessas onde o "comprador" (o capital internacional) se dispõe a pagar menos e os "vendedores" (os governos estaduais) a entregar mais. É apenas outra faceta da recolonização do país pelo capital imperialista sob o governo FHC.

Como as negociações entre a Ford, o governo da Bahia e o governo federal têm sido feitas sem dar satisfações à opinião pública, no fechamento desta edição ainda não se sabiam os termos exatos do acordo. Mas a imprensa dava conta que os benefícios públicos (estaduais e federais) recebidos pela Ford seriam ainda maiores que os prometidos no Rio Grande do Sul em 1998.

O questionamento do Olívio aos acordos firmados com as montadoras norte-americanas Ford e GM pelo seu antecessor e candidato derrotado à reeleição foi um dos eixos da impressionante polarização política entre esquerda e direita ocorrida na campanha eleitoral no estado. A postura do governo democrático-popular foi a de renegociar os acordos visando diminuir o impacto nas contas públicas (isto é, reduzir o custo que esses projetos privados teriam para o Estado). A Ford "furou o cerco" colocado pelo governo e o eleitorado gaú-



chos porque o governo federal interveio para viabilizar sua instalação na Bahia.

CAPITAL IMPERIALISTA E PROJETO POPULAR

A polêmica em torno da Ford não pode se centrar apenas na questão da "guerra fiscal". Ela deve reabrir um debate programático mais amplo na esquerda brasileira. Como o projeto democrático-popular situa o capital imperialista em seu projeto de desenvolvimento? Que tipo de controles e restrições é necessário colocar? Quais as bases para uma negociação soberana?

Para o projeto conservador de FHC, o capital imperialista é imprescindível para financiar o rombo externo provocado pelas decisões macroeconômicas do próprio governo.

Os partidos de oposição e os poucos economistas críticos, em geral, têm questionado apenas os capitais especulativos. Outra é a postura em relação aos investimentos diretos estrangeiros. Esses teriam características virtuosas, criando empregos, desenvolvendo tecnologia, aumentando a capacidade exportadora da economia, deitando raízes no país, etc. Em muitos casos o debate tem se centrado em se a tendência é ao ingresso de mais "capital especulativo" (o que seria "negativo") ou mais "investimentos diretos" no país (caso considerado "positivo").

Pouco tem se falado dos custos cres-

TABELA I

BRASIL - JUROS DA DÍVIDA EXTERNA E REMESSA DE LUCROS - EM US\$ BILHÕES

Ano	Juros totais pagos ao exterior	Lucros e dividendos totais remetidos
1992	8,3	0,6
1993	9,3	2,1
1994	8,1	2,9
1995	10,6	3,5
1996	12,8	3,8
1997	14,4	6,5
1998	16,1	7,1

Fonte: Carta da Sobeet, out.99, pág. 12

TABELA II

VOLUME DE RECURSOS PÚBLICOS PARA GERAR CADA EMPREGO

Empresa - Estado - País	Total de recursos públicos por posto de trabalho a ser criado
Ford - RS (gov. Britto) - Brasil	218.000
Mercedes - Alabama - EUA	169.000
BMW - Carolina do Sul - EUA	79.000
Toyota - Kentucky - EUA	41.600
Rover - Longbridge - Inglaterra	18.400
Nissan - Tennessee - EUA	11.600

Fonte: Revista Quatro Rodas, junho, 1999, págs. 90/1

centes que esses investimentos têm para o país. Ao contrário do que afirma a mitologia neoliberal, as empresas que investem no Brasil "têm pátria" e, além de buscarem lucros, como qualquer empresa capitalista, têm por objetivo remeter seus lucros a suas matrizes no exterior (em geral, localizadas em uma das potências imperialistas).

A remessa de lucros vem crescendo aceleradamente no governo FHC (e já disputa em importância com a dívida externa). Além disso, há que se considerar que esse envio de divisas anula boa parte do efeito do ingresso de investimentos (ver Tabela I). Em 1997, houve investimentos estrangeiros de US\$ 16.330 bilhões ao mesmo tempo que foram repatriados US\$ 6,5 bilhões em conceito de lucros, isto é, 40% daquele total! Outra fonte de lucros para as multinacionais que vem ganhando importância é o pa-

gamento que o país faz ao exterior de royalties, licenças, patentes etc.

No caso da indústria automotiva o governo FHC piorou as coisas porque concedeu incentivos para a importação de carros e autopeças para as montadoras. Assim, no seu primeiro mandato, pela primeira vez em décadas a balança comercial automotiva ficou decifitária (o país importou um valor superior em carros e autopeças superior às exportações).

Os investimentos da indústria automotiva no Brasil são poupadores de mão de obra e caríssimos (ver Tabela II). Em 1993, as montadoras empregavam 120 mil trabalhadores diretos; em 1998, esse número tinha caído para 108 mil. No entanto, entre 1993 e 1997 as empresas investiram US\$ 8,7 bilhões (revista *Amanhã*, abril 1999). A mesma lógica percorre toda a cadeia produtiva.

A visão do caráter predador desses investimentos no contexto do projeto neoliberal se completa com quando observamos as taxas de lucro altíssimas auferidas por estas empresas. Segundo dados da Sociedade de Observação das Empresas Transnacionais, a rentabilidade média sobre os ativos das subsidiárias de empresas multinacionais (não-financeiras) dos EUA no mundo, no Biênio 1995-96, foi de 8,42% ao ano no Brasil, 7,13% no Chile, 6,75% na Ásia sem a China e o Japão, 6,30% na China, 6,07% no México e 5,03% na Argentina. O Brasil é o país mais lucrativo do mundo para as multinacionais norte-americanas, superando inclusive a China e os "Tigres Asiáticos", famosos por sua rentabilidade baseada na sobreexploração da mão de obra e vantagens concedidas pelos seus governos aos capitalistas internacionais.

OPINIÕES

"Recentemente, para fechar negócio com a Mercedes, o Alabama (EUA) gastou US\$ 169.000 por funcionário. Resultado: ficou sem dinheiro para outros investimentos durante sete anos. Nesse período, as escolas da região se tornaram tão ruins que a Suprema Corte considerou que o Alabama 'falhou em oferecer aos estudantes a educação minimamente adequada prevista pela constituição'...

Agora, cabe a economistas e opinião pública avaliar quem torrou dinheiro demais com fábricas que podem fechar as portas depois de alguns anos. Foi o que a GM fez em Ypsilanti, no Michigan [EUA], quatro anos depois de receber US\$ 250 milhões. Mudou-se para o Arizona [EUA] em busca de mais vantagens".

"Me dá um dinheiro aí". *Quatro Rodas*, junho 1999, páginas 90 e 91

"O professor Theodore Moran, da Universidade de Georgetown, sabe [o que dizem os contratos de Britto com a Ford e a GM]. Ele é especialista em investimentos industriais de multinacionais e as disputas em torno dele e analisou as facilidades concedidas pelo governo Britto à GM e à Ford. "Nunca vi valores como esses", declarou à *Isto É Dinheiro* (21/4/99, pág. 29). "A metade disso tudo já seria demais. Pelo que sei, é um recorde mundial".

"A voz do dono" de Jorge Furtado, na revista eletrônica *Não* (<http://www.nao-til.com.br>).

ELEIÇÕES

Metalúrgicos de Campinas. O momento quente da eleição foi a Convenção Cutista que reuniu mais de mil trabalhadores sindicalizados e indicou a chapa única da CUT. A CSC que compõe a atual diretoria, de maioria da ASS (Alternativa Sindical Socialista), decidiu sair com chapa própria, estimulando a Articulação Sindical (Arsin) a participar na disputa já que em uma convenção anterior não tinha conseguido chegar ao mínimo de 20% para disputas com duas chapas; agora com três chapas precisaria apenas 10% dos votos. A Arsin não conseguiu, porém, alcançá-los, saindo extremamente desmoralizada do embate. A CSC teve 16% e a Alternativa Sindical Socialista 3/4 dos votos.

Professores da rede pública/SP. Seis chapas disputaram em 18/06/99 a eleição da APEOESP, que conta com mais de 130 mil sindicalizados. As três primeiras inscritas correspondiam a três pequenos grupos ultra-sectários (Liga Bolchevique Internacionalista, Partido Operário Revolucionário e Partido da Causa Operária). A Chapa 4 "Oposição Alternativa" agrupou os setores históricos da oposição, entre eles os militantes da Alternativa Sindical Socialista petistas independentes e o MTS; ela obteve 24% dos votos. A novidade da eleição foi o racha na Articulação Sindical. A ex-deputada estadual Bia Pardi encabeçou a Chapa 5 junto com um setor minoritário da atual diretoria, obtendo 28% dos votos, enquanto que Bebel liderou a Chapa 6, integrada pelo setor dos Felício e a maioria da atual direção com apoio oficial da Articulação Sindical e a CSC, tendo conquistado 32% dos votos.

Têxteis do Ceará. Duas chapas de companheiros da Alternativa Sindical Socialista disputam a eleição no dia 13/07/99. A Chapa 2 é integrada por militantes referenciados na DS e tem o apoio do MTS; a Chapa 1 é apoiada pela Tendência Marxista.

Profissionais da educação/RS. Três anos atrás uma chapa liderada pela esquerda petista derrotou a Articulação Sindical e a direita no CPERS. Para o atual processo três forças disputavam a indicação da cabeça-de-chapa no campo cutista: ASS, Articulação de Esquerda (AE) e Articulação Sindical (Arsin). Surpreendentemente a AE retirou sua candidatura e passou a apoiar a da Arsin (até então sua arqui-inimiga). Isso possibilitou que esta chapa fosse vitoriosa na eleição dos dias 22 e 23/06/99. A chapa encabeçada pela Alternativa Sindical Socialista e integrada pelo MTS, CSC, Esquerda Democrática e independentes, que reivindicava a atual orientação de esquerda da direção obteve apenas 21% dos votos. A chapa hegemônica e encabeçada pela Articulação Sindical e integrada pelo MSTB (Movimento Sindical de Trabalhadores pela Base, denominação na categoria da Articulação de Esquerda), a CST (Corrente Socialista dos Trabalhadores, racha do PSTU que está no PT), a corrente O Trabalho e a Força Socialista/RS, obteve 44%. A terceira chapa, da direita da categoria ("Pó de giz"), teve 35% dos votos.

Trabalhadores da educação/RJ. Três chapas cutistas disputam a eleição que é proporcional. Uma é integrada pela ASS, maioria na atual direção. Outra é do MTS (minoria no atual mandato) mais um pequeno grupo de petistas. A terceira é da Articulação Sindical – corrente sem expressão política na categoria. Sobretudo a Arsin mas também o MTS tentam capitalizar, de forma oportunista, o descontentamento de setores despolitizados com a difícil situação em que se encontra o funcionalismo no Rio.

Retificando informação. A chapa "Biqueira de Aço" (formada por militantes da ASS) foi derrotada na eleição do Sindicato dos Telefônicos do PR por uma chapa integrada e apoiada por membros da Articulação Sindical da CUT e da Central Força Sindical, isto é, uma aliança da direita da CUT com a direita da sociedade paranaense.



A ALTERNATIVA COOPERATIVISTA

A cada dia que passa o sistema produtivo exclui milhares de cidadãos. Este processo, ao que parece, não consiste em mero episódio conjuntural, já que o avanço tecnológico é permanente.

As vítimas deste sistema perverso, passam a buscar a sobrevivência de diversas formas. Uma delas é a tentativa de se estabelecer como mais um empreendedor (camelô, micro-empresário, etc), via de regra pelo caminho individual com pouco ou nenhum assessoramento e acompanhamento político. Esta forma de sobrevivência, grande parte das vezes, é fadada ao fracasso e o ciclo da exclusão segue o seu rumo "natural".

Se concordamos que estas afirmações são verdadeiras, haveremos de concordar, também que este setor da classe trabalhadora (os chamados excluídos) é o que mais cresce, e se quisermos transformar este país, pelo menos uma parcela desta população deve estar conosco. As formas de trabalho com este setor social são muitas. Os "sem terra" nos mostram – através da organização dos excluídos da cidade para recuperarem um lugar no campo – uma delas, bem como quão revolucionários podem ser estes cidadãos que já não têm mais nada a perder. Mas outra forma de mobilizar os excluídos é através da organização de empresas cooperativadas, para a criação coletiva de trabalho e renda.

As experiências de constituição de empresas cooperativadas têm evidenciado alguns erros comuns, que devem estar bem presentes se queremos evitá-los: 1º) empreendimentos com grande número de trabalhadores dificultam a sintonia entre os cooperados; 2º) a criação de cooperativas entre pessoas desconhecidas colabora para atrasar o processo; 3º) o estudo e debate permanente sobre economia, sob a ótica da crítica marxista, é indispensável para evitar a cooptação à lógica capitalista.

O aspecto da maior importância na organização de empresas cooperativadas é o tipo de investimento político que vai ser dado ao projeto. Ajudar a constituir uma cooperativa e deixá-la à sua própria sorte, sem o debate cotidiano, é um erro: o caminho inevitável que ela tomará será a da integração ao mercado (cooptação). Algumas respostas sobre sociedades cooperativas"

O QUE É O COOPERATIVISMO?

Cooperativismo, visto de um âmbito bem genérico, é toda a atividade realizada em forma de cooperação. Isto é, como sozinho não posso realizar uma coisa junto minhas forças a de outros para concretizar o objetivo que passa a ser comum.

Criar uma sociedade cooperativa é formalizar a união de indivíduos que tem objetivos comuns. Pela lei brasileira o grupo que queira criar uma sociedade cooperativa, deve ser composto, no mínimo, por 20 pessoas. Os tipos mais comuns de cooperativas são as que se destinam ao consumo e as que se destinam a um empreendimento econômico (empresa).

As cooperativas de consumo tanto podem ser aquelas que têm como objetivo apenas reunir as economias individuais para comprar mais barato a cesta básica da família, como capitalizar (poupar mês a mês) para adquirir moradia mais barata para os cooperados. Esta é conhecida como habitacional (embora também de consumo). Nesta modalidade, para consumo, as cooperativas tem uso limitado.

EMPRESA COOPERATIVADA

A outra modalidade de cooperação destina-se a criar uma empresa. Este modo de constituir uma empresa, difere da forma tradicional da organização capitalista, porque ela tem como base o "trabalho associado" e a "igualdade entre os cooperados."

O princípio do "trabalho associado" é aquele que assegura que os próprios empreendedores (cooperados) sejam os que realizam o trabalho. A contratação de empregados, por parte de uma empresa cooperativada, é – ou deveria ser – uma exceção.

O princípio da "igualdade entre os cooperados" é aquele que garante que a cota de participação de cada membro seja igual. Não é permitido, num empreendimento cooperativo, que um sócio tenha uma cota de participação maior que os demais ou que um cooperado tenha mais de uma cota. Por este princípio fica garantido que *cada associado tem direito a um voto* nas assembleias.

Este princípio, que assegura a cada cooperado um voto, é radicalmente di-

SINDICAL

O COOPERATIVISMO DEVE SER, CONSIDERADO COMO UMA ALTERNATIVA DE ORGANIZAÇÃO DA MASSA CRESCENTE DE EXCLUÍDOS PELO CAPITALISMO.

MILTON FAGUNDES

ferente das demais empresas capitalistas, em que o peso do voto é proporcional ao capital investido. Nesta modalidade o poder fica com o capital (quanto mais capital mais poder), enquanto na cooperativa o poder está é no cidadão cooperado.

O que se tem verificado é que a quase totalidade das empresas cooperativadas existentes no País, embora mantenha formalmente os princípios do "trabalho associado" e da "igualdade entre os cooperados", toma, rapidamente, o rumo dos demais empreendimentos capitalistas: o "trabalho associado" vai sendo substituído por empregados (ou, na prática, uma parte dos cooperados é relegada à condição de "empregados sem direitos"), e a "igualdade entre os cooperados" passa a ser uma mera retórica, pois as decisões ficam nas mãos de poucos que, burocraticamente, passam a controlar o empreendimento.

Outro tipo de problema bastante comum em nossas empresas cooperativadas, é que os cooperados passam rapidamente a raciocinar pela lógica do mercado. Isto acontece porque os produtos ou serviços que realizam destinam-se a ser colocado no mercado.

Sendo a competição a lógica do mercado, e sendo a competição a negação da solidariedade – base da cooperação – fica fácil concluir-se porque os princípios do cooperativismo, via de regra, são deturpados numa empresa cooperativada.

AS DETURPAÇÕES RETIRAM OS MÉRITOS DO COOPERATIVISMO?

Não! As degenerações realçadas têm a finalidade clara de evidenciar o desafio político que é criar e manter trabalho e renda através de uma forma solidária e sem o "atrassador" da força de trabalho – o patrão. No entanto, estas degenerações potenciais, se forem prontamente atacadas, poderão até ser transformadas num instrumento de combate aos princípios capitalistas.

Não existe necessidade de inventar nenhuma fórmula. O estudo e o debate permanente, com base nos clássicos da economia e política marxistas, são antídotos aos processos de degeneração burocrática e cooptação capitalista. A favor da implementação de estudo e debate crítico permanente pesa a própria estrutura do sistema cooperativo que prevê a necessidade inclusive de criação de Fundo Pró Formação Cooperativista. Outro fato importante é que a disponibilidade de tempo de trabalho dos cooperados é definida por eles próprios, portanto podem incluir na própria jornada semanal, por exemplo, este espaço permanente de debates antiburocratização e anti-cooptação capitalista.

MILTON FAGUNDES, ADVOGADO TRABALHISTA, É MEMBRO DO COLETIVO JURÍDICO DA CUT-RS

5ª CONFERÊNCIA NACIONAL DA DEMOC

ENCONTRO DEBATEU
A SITUAÇÃO DO PT
E COMO POSICIONAR
O PARTIDO E OS
MOVIMENTOS NA LUTA
CONTRA O GOVERNO.

DA REDAÇÃO

Mais de 120 companheiras e companheiros participaram em Cajamar (SP) de 3 a 5 de junho da 5ª Conferência Nacional da Tendência Democracia

Socialista do Partido dos Trabalhadores. Desse total 80 participavam na condição de delegados/as eleitos/as em seus respectivos Estados, representando cerca de 800 militantes socialistas com participação ativa e contribuição financeira regular ao PT e à DS. É um número muito significativo ao qual deve se somar um extenso conjunto de ativistas do partido e dos movimentos sociais com os quais temos um trabalho em comum e cuja incorporação orgânica à tendência é um de nossos desafios. Esta foi a maior conferência já realizada pela nossa tendência em duas décadas.

No início dos trabalhos o plenário aprovou uma moção para dedicar a Conferência à memória de nosso companheiro Nelson Sá, falecido em 22 de agosto de 1998 (ver *Em Tempo* n°), e em homenagem aos quarenta anos da Revolução Cubana. A Conferência deliberou sobre um temário que incluía: análise de conjuntura e discussão das tarefas políticas do partido; a construção do PT, e as tarefas da DS. As resoluções serão publicadas em breve em um caderno *Em Tempo* especial.

Houve ainda um debate específico sobre o balanço do PT nos governos municipais e estaduais, com destaque para as experiências no Rio Grande do Sul. E foi aprovada uma moção de repúdio às prisões e violências sofridas por trabalhadores sem-terra e apoiadores da luta pela reforma agrária e de solidariedade com o MST.

O CONTEXTO

A conjuntura em que a 5ª Conferência foi realizada tem características muito especiais. Vivemos ainda sob o signo da hegemonia neoliberal no mundo, mas está cada vez mais claro seu fracasso histórico e tem crescido a oposição a esse projeto. No nosso país, o governo federal, em resposta à crise de janeiro passado, aumentou a subordinação do Brasil ao imperialismo, mas tem crescido a rejeição à sua política econômica e à FHC. No entanto, ainda não temos um movimento político de oposição à altura da gravidade do que o governo está fazendo.

Para uma corrente como a DS, com expressiva participação na construção do PT, esse contexto coloca uma grande responsabilidade. Trata-se de participar ativamente na formulação de uma política que tenha como objetivo derrotar o projeto neoliberal no país e substituí-lo por outro, democrático-popular.

Essa tarefa deve ser entendida tam-



bém no peculiar contexto em que a esquerda se encontra no país. Cresceu, de uns anos para cá, a idéia de conformação de um “campo de centro-esquerda” como estratégia para chegar ao governo central. Este “fenômeno” atingiu largos setores da esquerda na América Latina e no mundo; aqui, entre nós, manifestou-se com relativo atraso face ao quadro internacional.

Em nome desse objetivo rebaixa-se o programa, afasta-se do objetivo socialista, esconde-se a cor da bandeira, busca-se submeter o partido e os movimentos sociais aos limites aceitos pelo “centro”. O resultado desta visão tem sido um processo de desarmamento programático e de confusão política. E, “curiosamente” esta visão tem se mostrado até agora, no caso brasileiro, inviável: não só pela resistência de setores muito significativos integrantes do PT, como também pela própria realidade, pois o chamado centro faz farte do campo neoliberal. O que a realidade vem mostrando é que a esquerda cresce, inclusive institucionalmente, quando consegue articular um campo de forças sociais e políticas alternativo e oposto ao campo formado pelo direita e o centro. Esta é uma das principais lições que devemos extrair de nossa experiência mais bem sucedida, que é a que se desenvolve no RS.

O PT NOS GOVERNOS

A Conferência ampliou o debate sobre esse tema sem adotar ainda uma resolução específica. Este, certamente, é um dos nós estratégicos do partido hoje, pelo duplo desafio que representa: é um dos espaços para avançar na construção de experiências que contribuam para um programa alternativo ao neoliberalismo mas, simultaneamente, é daí que originam-se as principais pressões para a adaptação do partido à ordem estabelecida.

Alguns pontos que foram levantados na conferência podem servir para estruturar esse debate:

■ Estamos frente a um processo que pode significar importantes experiências de construção de poder popular e de democracia direta. Esta possibilidade é sustentada, sobretudo, pela experiência de Porto Alegre, reforçada agora, em uma dimensão maior e com mais impacto nacional, pela conquista do governo estadual do RS. Ao mesmo tempo, é preciso realçar os enormes desafios face à resistência das elites, às restrições legais e financeiras impostas em todos os níveis de governo, aos riscos de separação entre acúmulo insti-

tucional e acúmulo social das esquerda.

■ Outros setores da esquerda, não só brasileira, optaram por uma outra visão face aos governos locais ou de âmbito regional, vendo-os como um caminho de legitimação para governar no nível nacional sem grandes rupturas, acenando para a burguesia com uma “governabilidade com a esquerda”.

■ Qual é a capacidade que temos de reverter, a partir dos governos conquistados, o processo de destruição já realizado pelos neoliberais nos diversos níveis? Em que medida isso compromete nossa capacidade de implementar um programa alternativo ao neoliberal?

■ Não há a rigor um “modo petista de governar”. As experiências realizadas desde 1988 em Porto Alegre são muito diferentes das que se desenvolveram, por exemplo, em alguns municípios paulistas, ou, de forma mais extremada, no governo de Vitor Buaiz no Espírito Santo. Por isso, é difícil fazer um balanço único sobre o conjunto delas.

■ Em muitas situações, projetos avançados tem dificuldades para serem implementados pelos governos, pois sofrem a falta do oxigênio que vem da organização, da luta e do debate com a sociedade, resultando em processos circunscritos à burocracia de Estado.

REPÚDIO ÀS PRISÕES DOS SEM-TERRA

A 5ª Conferência Nacional da DS aprovou uma moção – “Contra a criminalização da luta social! Reforma Agrária: Uma luta de todos!” – que analisa os recentes acontecimentos em São Paulo e Paraná, onde trabalhadores sem-terra e apoiadores da reforma agrária foram brutalmente reprimidos por forças policiais e muitos foram presos. Ela defende a legitimidade da sua ação, seu projeto e suas lutas.

Nos últimos meses assistimos a uma escalada de ataques do governo federal e de governos estaduais contra o Movimento dos Sem Terra. A luta que este movimento desenvolve em todo o país pela implantação de um programa de reforma agrária e de reforma urbana visa democratizar a propriedade fundiária no país e garantir emprego e renda para a ampla maioria dos trabalhadores e do povo. É parte essencial da luta do movimento de-

mocrático e popular por cidadania, terra e justiça social no Brasil.

Hoje os governos estaduais do Paraná e de São Paulo mantêm na prisão ativistas e simpatizantes do MST pelo seu engajamento coerente nas lutas sociais contra a ordem neoliberal. Tenta-se criminalizar a luta social e transformar a radicalidade do enfrentamento por terra e cidadania em justificativas para o enquadramento de militantes do MST em delitos comuns.

Mais grave ainda, as prisões de seis integrantes do MST e do professor Marcelo Buzzetto, pós-graduando da PUC/SP, sob a acusação de cometer delitos em função da participação ativa na solidariedade à luta dos trabalhadores acampados em Porto Feliz, põe a nu a tentativa do governo federal e dos governos estaduais de intimidar e reprimir as ações de solidariedade mais amplas da sociedade brasileira.

Nesse sentido, a 5ª Conferência Nacio-

nal da Democracia Socialista, tendência interna do Partido dos Trabalhadores:

■ repudia a tentativa de criminalização da luta social, exigindo das autoridades nacionais e estaduais respectivas a imediata libertação dos presos;

■ condena a incriminação dos apoiadores da luta social por ser contrária à vigência de uma sociedade e um regime político democráticos;

■ convoca a todos os setores comprometidos com luta por reforma agrária e justiça social no campo e na cidade a se mobilizarem contra a escalada de violência dos governos; e

■ expressar nosso compromisso com a luta do Movimento dos Sem Terra, defendendo de modo intransigente a legitimidade de sua ação, seu projeto e suas lutas como parte do embate maior pela construção de um amplo movimento de combate ao modelo neoliberal.

A atual tendência Democracia Socialista é a continuidade de uma história que começou 20 anos atrás. Em 1979, representantes de grupos de esquerda revolucionária com atuação regional decidiram pela sua unificação em uma organização nacional, que passou a chamar-se Organização Revolucionária Marxista - Democracia Socialista. Nesse ano, o PT já existia como proposta, mas só viria a ser fundado em 1980.

O que permitiu aquela unificação e sucessivas incorporações de outros agrupamentos na DS foram algumas identidades que continuam até hoje, entre elas:

- o engajamento no PT. Desde o início, entendemos a construção do Partido dos Trabalhadores como um caminho para a construção de um partido revolucionário no Brasil, tendo como base a expressão da independência de classe dos trabalhadores. Mas isso não era visto, e de fato não vem sendo, como um processo espontâneo e tampouco isento de fortes disputas de concepções: era, e é, necessário um trabalho organizado dos marxistas revolucionários, no seu interior; para lutar, junto com outros, em uma direção socialista. Isso nos diferenciava de outras correntes da esquerda revolucionária que acreditavam estarem construindo o partido revolucionário construindo a si mesmas. Por isso, quando, por nossa iniciativa, o direito de tendência foi reconhecido dentro do PT, foi natural para nós a transformação da DS em tendência interna do partido, em 1987;

- a crítica às estratégias reformistas, nas suas versões estalinista, social-democrata ou nacionalista e ao "marxismo" dos manuais da ex-União Soviética. Propugnávamos um marxismo aberto e revolucionário, tendo como referência formulações e debates da IVª Internacional, fundada por Trotsky (em especial, a trajetória desenvolvida sob a liderança de Ernest Mandel), em diálogo com outras tradições e experiências, como o legado de Rosa Luxemburgo, de Gramsci, a obra de Che Guevara e a Revolução Cubana, as Comunidades Eclesiais de Base e a Teologia da Libertação, a questão ambiental, a luta do movimento negro, as novas dimensões colocadas pelos movimentos feministas e de gays e lésbicas;

- a centralidade da democracia. A denominação "Democracia Socialista" é uma referência explícita da crítica às visões comuns na esquerda, de 20 anos atrás, de um projeto socialista autoritário e burocrático; e também uma crítica às visões que permanecem até hoje, e até aumentaram sua influência, de reduzir o projeto da esquerda aos marcos da democracia liberal-burguesa. E, no terreno programático, temos desenvolvido uma compreensão sobre o potencial político das bandeiras democráticas que, partindo dos problemas mais sentidos pela população, conseguem questionar a ordem vigente e apontam para a luta pelo socialismo.

Foram esses pilares que nos permitiram construir essas duas décadas de Democracia Socialista.

ca atual do PT. E favorece desdobramentos à esquerda. Não pensamos, no entanto, que a dinâmica de uma situação de crise do país resolva o problema da direção e construção do PT. Isso é uma tarefa que depende da luta consciente e organizada pelos rumos do partido. Não há automatismo na construção partidária. 

RACIA SOCIALISTA



FOTOS DE ELIANE SIBRELLA

■ A partir da experiência gaúcha, podemos afirmar que o elemento diferenciador do PT nos governos deve ser a visão sobre as questões democráticas, e sua capacidade de promover transformações transicionais na sociedade, isto é, de avançar além dos limites estabelecidos pela ordem burguesa atual.

■ Em muitos governos e campanhas eleitorais petistas tenta-se passar a idéia que o diferencial é a "ética" combinada com a "eficiência". Isso é totalmente insuficiente. O governo do PT deve tomar a iniciativa e ser ponto de apoio para alterar a correlação de forças na sociedade (municipal, estadual) em favor de um programa antagônico ao neoliberal. Esse é o sentido da participação popular promovida pelo Orçamento Participativo e outras instâncias em Porto Alegre. Por isso nem tudo que leva esse nome o é verdadeiramente.

■ Essa visão de democracia e de participação popular deve estimular a ação direta dos cidadãos, a crítica e desconfiança da democracia representativa, criar uma cultura pela qual as pessoas não mais deleguem poder e quando isso for inevitável que não percam seu poder soberano (por exemplo, revogando mandatos de representantes que não são fieis aos princípios). Isso significa alterar a atual visão complacente da direção do PT em relação à democracia representativa. Nosso objetivo não é apenas aumentar o número de deputados, senadores, prefeitos, governadores etc., mas alterar o padrão de comportamento político da população.

■ Uma vez no governo, o PT é bombardeado pela burguesia (seus lobbies, a mídia, etc.) para que não saia dos limites aceitáveis pelo capital. Qualquer governo treme de medo na hora de discutir subsídios para empresas (que em troca prometem investimentos, empregos, etc.) O único jeito de sair vitorioso de disputas como essa é promovendo a participação das massas no cenário político.

A CRISE BRASILEIRA

Destacamos a avaliação de que o país atravessa uma mudança de período político.

A primeira eleição de FHC consolidou uma etapa bastante defensiva para os trabalhadores e a esquerda. FHC comandou, com grande apoio das classes dominantes, o entreguismo, a dilapidação do Estado e o ataque ao pouco de conquistas sociais e serviços públicos que temos no país. Mas pode fazer isso também com um relativo apoio popular, conferido pela estabilidade (provisória) dada pelo plano real e pela falta de alternativa por parte da esquerda.

Estamos, hoje, em um novo momento. Não existe mais o consenso no interior do campo dominante; a economia encontra-se aprisionada à recessão e mais exposta às crises internacionais; há um reforço da esquerda e uma retomada da mobilização social. A conjuntura atual está marcada pela combinação da falência do modelo econômico imposto com o plano real e pela perda de legitimidade de FHC. Abre-se, assim, um período de crise latente, cujo ritmo depende da luta política. A questão chave, nesta nova situação, é a construção de uma saída que expresse os interesses dos trabalhadores frente à desesperança que representa o neoliberalismo.

Enquanto tarefa imediata, a Conferência apontou a necessidade que o PT, a CUT, a CMP, todo o campo democrático-popular se empenhe na campanha política para por fim ao governo FHC, ao mesmo tempo afirmando, com clareza, a necessidade de sua substituição por um governo democrático popular.

As situações de crise nacional são momentos que desorganizam o projeto hegemônico. Portanto, são momentos preciosos de disputa de uma alternativa de esquerda. Ainda que não seja esta a situação hoje, trabalhamos para essa possibilidade como desdobramento da crise atual. Assim, um aspecto chave da nossa atividade neste período deve ser o desenvolvimento de uma alternativa programática frente à crise brasileira. Muitas contribuições a partir da própria trajetória do PT podem ser reivindicadas:

- as grandes reformas distributivistas presentes nos programas de 89 e 94;
- a democratização radical e a participação popular direta, a partir da experiência do RS;

- a defesa da soberania nacional e da solidariedade internacional;
- a redefinição dos rumos econômicos do país, a partir destes grandes marcos;
- a construção da hegemonia dos trabalhadores e da maioria popular como fundamento para um novo governo, de esquerda, para o país.

DISPUTA DE RUMOS DO PT

Depositário da grande maioria dos votos oposicionistas, partido com mais influência nos movimentos sociais e que abriga no seu interior o que há de mais avançado da esquerda brasileira, o PT tem a grande responsabilidade de construir as bases de uma alternativa de esquerda frente a crise. Não há, fora do PT, outra hipótese para o desenvolvimento de uma alternativa desta natureza.

Para que o PT possa cumprir essa tarefa estratégica é necessário dar passos que apontem para a superação de grandes problemas de direção e construção:

- o eleitoralismo, que leva a pensar que o "calendário" da crise coincide com o calendário eleitoral, e, por isso, subestima a dimensão política da crise;

- o retrocesso programático, que impede a construção de uma alternativa mais clara frente ao neoliberalismo e diminui a confiança da nossa base social em um projeto próprio, independente face à burguesia;

- a falta de organicidade do partido, sua extrema verticalização e práticas, em muitos casos, degeneradas visando o controle das instâncias de decisão. A idéia de um partido "aberto" à sociedade, que a atual maioria tenta impor, resulta na perda de capacidade militante-essencial em um momento de crise no país promovendo um modelo partidário diluído e desmobilizador.

É importante compreender que a crise é um processo político, concentrado no tempo, de alteração da correlação de forças na sociedade. E, além disso, de pressão sobre o próprio PT, um partido, pela sua maneira de se construir, ainda intensamente permeável aos movimentos sociais. Assim, a crise do país é um dos elementos que interfere na dinâmi-

O ATAQUE CONTRA A IUGOSLÁVIA FOI UM DOS MAIS DESIGUAIS DA HISTÓRIA. O PAÍS FOI DESTRUÍDO SEM QUE NENHUM SOLDADO DA OTAN TENHA SIDO MORTO

DA REDAÇÃO

Depois de 78 dias de bombardeios pelos países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a Iugoslávia retirou suas tropas de Kosovo. Foi a mais importante guerra no planeta desde a confrontação em torno do Kuwait, contra o governo do Iraque, em 1991. Foi uma guerra travada em plena Europa, numa região historicamente vinculada à guerras explosivas naquele continente. Foi também uma das guerras mais desiguais da história – nenhum soldado dos países que atacaram a Iugoslávia (hoje nome da associação entre a Sérvia e Montenegro) foi morto – e tão decisiva como a Guerra do Golfo para moldar as relações internacionais contemporâneas e do futuro próximo. Foi a primeira guerra maior do século XXI

Como na guerra contra o regime de Saddam Hussein, a luta em torno de Kosovo contrapôs os Estados Unidos e a União Européia a um país periférico, mas agora os países do G-7 não procuraram legitimar sua intervenção sob a bandeira da Organização das Nações Unidas. A clara oposição à intervenção militar da Rússia e da China, países membros do Conselho de Segurança da ONU, bem como de nações como a Índia e a África do Sul fez com que a ação militar fosse desenvolvida como uma intervenção unilateral dos países imperialistas.

DUAS GUERRAS

Os Balcãs foram teatro de duas guerras que se combinaram, o que favoreceu uma imensa manipulação das opiniões públicas e provocou, na Europa, uma grande confusão no interior da esquerda.

A primeira guerra, do ponto de vista cronológico, foi a conduzida pelo regime de Slobodan Milosevic, no poder em Belgrado, que continuou sua atuação no sentido de constituir uma Grande Sérvia através da limpeza étnica dos albaneses de Kosovo (que constituem mais de 80% da população da região). Dando seqüência ao que já tinha feito na Bósnia, o regime de Belgrado iniciou uma política de expulsão dos albaneses de suas casas e terras em Kosovo. A luta contra o chauvinismo sérvio não foi, entretanto, conduzida como uma luta política pela coexistência de diferentes povos em bases multinacionais. Apresentou-se, desde o início, como a imposição de um ultimato ocidental ao governo de Miliesovic – que pode assim mobilizar o nacionalismo da maioria da população sérvia por toda a região e acelerar a aplicação da política de limpeza étnica de Kosovo. A luta contra Miliesovic foi apresentada, pelos países do G-7, como uma ajuda “humanitá-

A PRIMEIRA GUERRA DO



OS ACORDOS DE RAMBOUILLET

Nas negociações conduzidas no castelo de Rambouillet, perto de Paris, os ingleses e franceses apresentaram um plano de dez pontos sobre Kosovo. Os sérvios tentavam bloquear a participação do que chamavam de “terroristas do Exército de Libertação de Kosovo (UCK). Mas participaram das conversações cinco membros do UCK, cinco da Liga Democrática de Kosovo (LDK), de Ibrahim Rugova, e seis independentes.

A delegação sérvia assinou unilateralmente os dez pontos antes mesmo do início da abertura das negociações. Mas recusou a presença terrestre da OTAN.

Os kosovares não assinaram, nesta primeira fase de Rambouillet, o plano de dez pontos, colocando os negociadores europeus e os Estados Unidos em uma situação emba-

raçosa; era impossível “punir” publicamente os independentistas, que se apresentavam publicamente como seus amigos. Atirar de longe na infraestrutura militar na Sérvia, tudo bem! Mas como enquadrar a UCK? O dirigente kosovar Adem Demaci não foi a Rambouillet, denunciando um plano que exigiria deles renunciarem a toda esperança de independência. Era excluído, mesmo a questão de um período transitório, em que se organizasse qualquer consulta popular para fazer o balanço dessa autonomia “substancial” proposta, um recuo face àquilo que a província tinha conhecido sob o regime de Tito (até 1980). E para piorar a situação, teriam também que depor as armas.

A estratégia de Madeleine Albright procurava de todas as maneiras uma vitória diplomática antes da cúpula da Otan. Ela ti-

nha se convencido de que Milosevic estava prestes a ceder sobre Kosovo, por pouco que ele pudesse “justificar” seu abandono de Kosovo por pressões fortes, pela vontade de proteger seu povo da destruição pelos bombardeios. E tinha que ter a assinatura dos albaneses mas não dos sérvios. Um compromisso geral podia ser obtido, mas os Estados Unidos pressionou a Otan e radicalizou seu apoio à UCK.

Adem Demaci foi escanteado e os jovens chefes da UCK convidados a ir aos Estados Unidos, promovidos à condição de futuros chefes de Estado e interlocutores imediatos da maior potência do mundo. Eles assinaram os acordos que estipulavam a presença terrestre da Otan e uma consulta popular em três anos. Os poderes sérvios não podiam aceitar isso. Os Estados Unidos e a Otan esperavam que os bombardeios promovessem sua capitulação em alguns dias...

SÉCULO XXI

ria” aos kosovares que estavam sendo perseguidos e expulsos de seu país.

A segunda guerra foi a conduzida pelo imperialismo ocidental contra o regime de Belgrado. Ela está diretamente ligada à decomposição da Iugoslávia e à transição violenta para o capitalismo, com a confrontação entre diferentes cliques (sérvia, croata, eslovena, bósnia) originárias da desagregação da antiga nomenklatura da Federação Iugoslava pela apropriação das riquezas e territórios da região.

As burguesias européias e norte-americanas impulsionaram, desde 1991, este processo de restauração, intervindo ativamente para fragmentar a ex-Iugoslávia. Cada país europeu apoiou diferentes cliques nacionalistas para tentar estabilizar a situação em seu próprio benefício, impulsionando a partilha e a guerra. O fracasso político da União Européia abriu espaço para os Estados Unidos intervirem e estabeleceram um novo propósito para a OTAN, sem função desde o fim da União Soviética, e garantiram a manutenção de sua presença militar na Europa.

A imposição da opção militar esvaziou o terreno da política em detrimento da força. Os bombardeios da OTAN terminaram por deslocar a oposição democrática, multi-étnica e progressista na Sérvia, com já tinham feito na Bósnia, fornecendo o alibi que Miliesovic necessitava para acelerar a expulsão dos kosovares, cuidadosamente planejada.

A DISPUTA DA OPINIÃO PÚBLICA

A opinião pública dos países europeus e dos Estados Unidos não viu a situação dessa maneira. Depois de três semanas de guerra, a OTAN e os governos europeus conseguiram impor sua versão dos fatos: era necessário proteger a população kosovar contra o ditador Miliesovic através de meios militares – por uma guerra “humanitária e de curta duração. Os ataques seriam cuidadosamente dosados, não matando nem soldados ocidentais, nem civis sérvios.

As populações dos países europeus foram mobilizadas pelos governos e pela mídia para apoiar esta “guerra humanitária” e para ajudar materialmente os refugiados kosovares. O drama humano desta população foi utilizado para obscurecer toda compreensão política da situação e os europeus responderam massivamente aos apelos de apoio à Otan. Nunca se tratou de um apoio incondicional, belicista, que obscurecesse a situação social de seus países ou criasse um clima de “união nacional”. Tampouco se colocou o apoio a uma guerra terrestre, em que soldados dos países da Otan pudessem ser mortos.

A oposição de esquerda à guerra foi muito fraca e confusa. Alguns PC e ex-PCs mantiveram uma resquício de posição campista, sustentando uma posição de justificativa da guerra conduzida por Milosevic. Uma parte dos verdes ficou paralizada pelo argumento da “guerra humanitária” e outra aderiu à defesa da Otan. A oposição ficou fundamentalmente nas mãos da esquerda radical e, na Itália, da Refundação.

Na posição sobre a guerra se expressou o problema das relações entre a União Européia e os Estados Unidos. Um

certo “anti-americanismo” foi visível no *establishment* dos governos europeus e em personalidades burguesas de primeiro plano. O problema de fundo é a distância entre os avanços na unificação econômica da Europa no momento em que o euro é implantado e a subordinação política e militar aos Estados Unidos no tratamento da questão sérvia.

Tony Blair ao mesmo tempo defende um papel ativo para os Estados Unidos na Europa e faz uma aposta na União Européia. Ele já tinha, antes mesmo da crise nos Balcãs, defendido a necessidade da unificação militar da Europa, no que contou com o apoio de Schröder. Uma defesa européia comum surge como cobertura perfeita para a afirmação da “nova força alemã”. Este projeto político-militar se apoia no peso econômico das indústrias destes países.

Os Estados Unidos e a União Européia tem ainda que se acertar (e levar em conta a Rússia) sobre o protetorado da Otan que foi estabelecido nos Balcãs. Depois da Bósnia, agora é a vez de Kosovo ser colocada sob o controle das forças (de fachada) da ONU, colocando o problema da divisão dos gigantescos custos que representa a manutenção prolongada de um enorme exército de ocupação e da definição das relações de poder que se expressam neste processo. Tudo isso traz novamente para o primeiro plano também a questão dos investimentos militares.

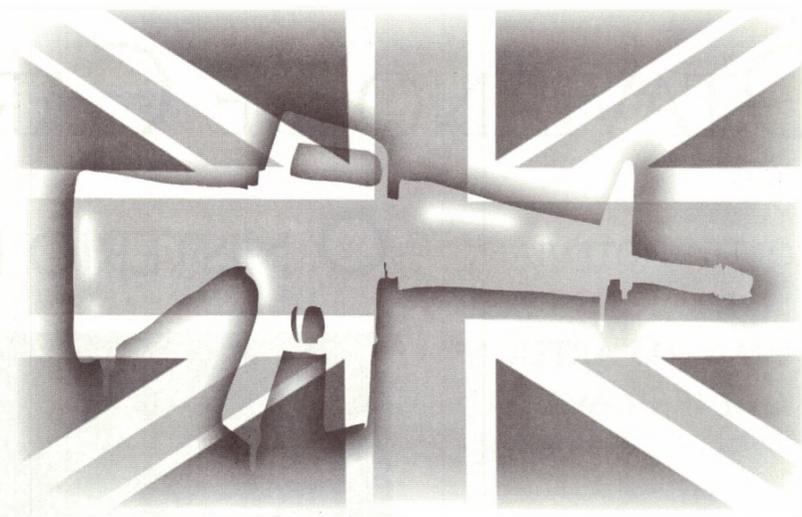
UM BOM NEGÓCIO

A guerra foi excelente para os negócios do mais tradicional ramo de substituição da economia, a indústria militar – que produz a única mercadoria que, quando comprada pelos governos (e para isso são necessárias condições políticas favoráveis), não tem problemas de mercado. Os gastos com armamentos no mundo tinham caído de um trilhão de dólares, em 1989, para 700 bilhões, em 1996. Mas um gigantesco processo de concentração ocorreu desde 1991, com fusões-aquisições entre as principais empresas do ramo. Hoje existem nos Estados Unidos apenas três grandes produtores de armas, a Lockheed-Martin (cujas vendas atingiram 18,5 bilhões de dólares em 1998), a Boeing-McDonnell Douglas (com vendas de 13,78 bilhões) e a Raytheon (com vendas de 6,27 bilhões).

Estas empresas disputam o mercado mundial de armamentos em condições muito favoráveis. Suas principais concorrentes são a British Aerospace-General Electric, da Inglaterra (que vendeu 12,09 bilhões de dólares em 1998), e a Thomson-CSF, da França (que vendeu 4,18 bilhões). Como resultado, as empresas norte-americanas, que controlavam 27% do mercado mundial em 1985, hoje detêm 50% das vendas mundiais.

Trata-se em um mercado que voltou a se expandir muito desde 1996 (mais de 20%), atingindo quase 800 bilhões de dólares de negócios, em 1998. E a guerra ofereceu o pretexto que o lobby do complexo militar-industrial necessitava voltar a ofensiva. O governo norte-americano aprovou um importante aumento do orçamento militar não apenas para a guerra (cada dia foram gastos mais de 200 milhões de dólares na operação da “força aliada”), mas também para os pró-

A GUERRA DA SOCIAL-DEMOCRACIA



O ataque militar da Otan contra a Iugoslávia foi uma iniciativa não apenas dos Estados Unidos, mas também dos governos social-democratas europeus. Tony Blair foi mais militarista do que Clinton durante todo o processo, chegando a defender, quando os bombardeios demoraram a surtir efeito, o envio de tropas terrestres contra os sérvios (o que Clinton sempre descartou, por seu custo político). A posição de Blair era muito mais belicista do que a do Partido Conservador – 100 dos 162 parlamentares conservadores eram contra a guerra.

Mas Schröder na Alemanha também teve um papel ativo na defesa da campanha militar. Schröder tinha afirmado, durante a campanha eleitoral, em setembro de 1998, que “não existiriam tropas fora das fronteiras alemãs sem um mandato da ONU”. Entretanto, foi ele que conseguiu aprovar uma moção, no Congresso do PDS alemão, respaldando os bombardeios da Iugoslávia e, através de manobras regimentais, descartando uma moção da ala esquerda do partido que se pronunciava contra a guerra terrestre.

Na Inglaterra, Blair teve um amplo respaldo social e apenas onze deputados do Labour, majoritário no Parlamento, votaram contra a política do governo (fundamentalmente o Campaign Group, de Tony Benn); uma oposição de esquerda à Otan teve mais eco no mundo cultural, encabeçada pela *New Left Review* e

intelectuais como Harold Pinter, Ken Loach e Germaine Greer.

Na França, Leonel Jospin se equilibrava entre um discurso contra Milosevic e a tentativa de manter uma distância verbal da Otan; esse foi o país onde a social-democracia conheceu mais oposições à guerra. Na Itália, o governo D'Alema, nucleado pelo PDS (ex-PCI) conseguiu manter o país como base para os ataques aéreos contra a Iugoslávia, enfrentando a oposição da Refundação Comunista e... do Papa. Na Espanha, o PSOE de Felipe Gonzales e Javier Solana colocou-se incondicionalmente ao lado da Otan; somente três deputados socialistas se abstiveram da moção de apoio à posição do governo democrata-cristão sobre a guerra.

Mas vale destacar também a posição dos verdes, no governo na Alemanha, na França e na Itália. Sob o argumento de travar uma guerra “humanitária” contra uma limpeza étnica sempre identificada com o nazismo, os *Grünen* alemães de Joschka Fischer conheceram seu agosto de 1914; o congresso do partido de 13 de maio respaldou a posição governamental. Cohn-Bendit, amigo de Fischer, encabeçou na França a defesa da guerra entre os verdes, que de conjunto acompanharam a política governamental – um claro retrocesso face à posição que tiveram de oposição à Guerra do Golfo em 1991. Na Itália, os verdes no governo ameaçaram renunciarem “na próxima vez” que algo semelhante acontecesse.

ximos anos. O orçamento militar norte-americano passara de US\$ 274 bilhões, previstos para o próximo ano, para US\$ 331 bilhões no ano 2005.

Além disso, o resultado da guerra coloca a questão de um amplo programa de “modernização” também das forças armadas e dos armamentos europeus – a guerra foi quase toda travada com mísseis e bombas “inteligentes” norte-americanas e os militares europeus estão reclamando de seu “atraso” tecnológico.

O MUNDO DO SÉCULO XXI

Para os kosovares e os sérvios tanto o chauvinismo nacionalista de Milosevic quanto a guerra empreendida contra os sérvios pela Otan representou apenas mais sofrimentos, privações e mortes. A guerra exacerbou o nacionalismo sérvio. Nada está estabilizado na região e a ocupação de Kosovo não oferece nenhuma garantia neste sentido (como já mostrou o caso da Bósnia). E as correntes políticas nacionalistas albanesas em Kosovo já estão promovendo outro êxodo de populações, agora da minoria sérvia na região.

Mas a guerra traz um problema ainda maior: ela anuncia o mundo em que vamos viver o século XXI, um planeta onde o poder imperial norte-americano responde com ferro e fogo aos desafios que se colocam à seu domínio. Um debate foi aberto no interior da classe daquele país sobre as lições de Kosovo. E um dos projetos apresentados para a burguesia imperialista ianque nesta discussão defende justamente que os Estados Unidos agora já podem destruir impunemente, porque dispõe dos meios militares modernos para isso, qualquer país periférico que o incomode. Os dirigentes de Washington não teriam nem mais que pagar o preço político de ver os corpos de seus soldados retornando mortos do exterior – o que inviabilizou o intervencionismo dos anos 60/70.

Se isso tende a aumentar as rivalidades inter-imperialistas e a criar um sentimento anti-Otan na Europa, sem dúvida fragiliza a situação dos movimentos anti-imperialistas que tem eclodido na periferia do sistema. Agudiza, dessa maneira, o desafio de reconstruir o internacionalismo socialista como única alternativa real ao falso universalismo mercantil e ao nacionalismo xenófobo.

OTAVIANO DE CARVALHO: 1955-1999

A MORTE DE OTAVIANO
PRIVA O PT E A DS
DE UMA DAS ARTÉRIAS
QUE IRRIGAVA SEUS
CORAÇÕES

Militante revolucionário, socialista, ex-membro do Diretório Nacional do PT e membro do Diretório Regional do Espírito Santo, dirigente nacional da Democracia Socialista (tendência do PT), Otaviano de Carvalho faleceu no dia 10 de julho, aos 43 anos, em uma tragédia ocorrida em uma rodovia ao norte do Espírito Santo. Voltava de uma caravana do PT, junto com Lula e outros dirigentes do PT-ES. Junto com ele morreu a companheira Beth Lima. Estava intensamente dedicado às tarefas de reconstrução do partido no estado.

No começo dos oitenta mudou-se de Belo Horizonte para Vitória para construir a DS e o PT. Dedicou-se ativamente à construção da CUT no estado, tendo tido destacada atuação no movimento sindical. Teve presença marcante no apoio ao MST. Foi um dos principais dirigentes da construção do PT no estado e no país. Representou o PT na Assembléia Legislativa do Espírito Santo e na Câmara dos Vereadores de Vitória.

Otaviano contribuiu decisivamente para tornar a DS uma tendência nacional do PT. Contribuiu muito em suas elaborações, tendo participado de praticamente todas as suas conferências (exceto a última, pois estava com problemas na coluna) e suas direções nacionais. Ao mesmo tempo, sua presença constante e vigorosa no Partido dos Trabalhadores foi marcada pela defesa da unidade e da coerência programática.

Lula foi muito feliz quando disse que Otaviano era uma das artérias que irrigava o coração do PT.

O MISTÉRIO DE OTAVIANO



Como uma vez escreveu meu pai, "a vida é um quadro inacabado. Só com a morte os homens completam o seu itinerário. E selam com o sono eterno os traços definitivos da imagem que deixam para a posteridade."

Se é assim, como lidar com a morte doída, violenta e absurda de Otaviano? Como responder a este acidente que, juntando os fios de mil acasos, ceifou uma vida tão carregada de unidade e sentido? Porque Otaviano morreu no ato da militância mas não por causa dela ou em razão dela.

Não basta certamente acusar a cultura do amesquinamento da vida no país, que transforma o que seria exceção e eventualíssima acidentalidade em cena cotidiana.

A morte de Otaviano nos perturba e angustia porque, na sua vacuidade de sentido, nos coloca diante de nossa própria finitude. A resposta dos socialistas ao desafio da morte, a "indesejada das gentes" como a chamava Manuel Bandeira, foi sempre a transcendência de seu projeto, a continuidade generosa da tradição, a exemplaridade da vida, dos pensamentos e gestos que refundam a esperança.

Nesses nossos tempos, em que o socialismo deixou de ser certeza e se refugia nos aléns do horizonte visível da história, em que a tradição se esgarça e o pragmatismo faz escola, a morte fere mais fundo.

Mas, sobretudo, penso que o melhor caminho, não para o conformismo diante dessa morte que jamais será por nós de todo assimilada, mas para o apaziguamento da nossa angústia, é a contemplação serena da vida de Otaviano. Nas imagens da televisão, na foto, ele sorri para nós: um sorriso límpido, simpático, que convida à alegria. Qual o mistério deste sorriso?

A GERAÇÃO DOS ANOS SETENTA

Otaviano foi uma figura expressiva de uma geração de militantes que iniciou a sua trajetória no movimento estudantil na década de setenta e nunca mais deixou de lutar pelo socialismo. Foi daí,

desta cultura de emancipação generosa e voluntariosa, que refazia o espaço e o próprio ser da esquerda após o massacre do final dos anos sessenta, que Otaviano se formou. Foi aí também que encontrou o grande amor de sua vida inteira.

Os laços de continuidade da esquerda brasileira haviam se fragmentado. Era um período de refundação, de recomeço, de perseguir o futuro com os olhos juvenis da inocência. Otaviano foi, assim, criador e criatura desta nova vanguarda revolucionária. Após o ciclo estudantil, já formado em jornalismo, migrou para o Espírito Santo onde fundiu a sua vida com própria história do PT naquele Estado.

Esta geração que não conheceu os rigores maiores da clandestinidade, do exílio e da prisão, como a geração imediatamente anterior, que viu o mito do gesto heróico se deslocar para a paciente teia do cotidiano, não teve para si o tempo da suspensão. Atirou-se no fluxo contínuo da história que levou à criação do PT e da CUT e, depois, tudo o que sabemos de cor porque está escrito em nossa pele.

Cada militante é uma personalidade, um cosmo inteiro de talentos, virtudes e contradições. Lidar com elas é uma arte para quem se propõe humanamente, sem mitificações e auto-indulgência, a contribuir para a emancipação dos oprimidos.

O talento maior de Otaviano, ousou propor, era o de ocupar todo o *continuum* que vai da construção orgânica do partido e da tendência na base à construção mais pública da liderança. É raríssimo encontrar estas virtudes em um só militante: o organizador de partido quase sempre não é liderança pública ou vice-versa. Pois a rotina e a disciplina, o carisma e a abertura para os espaços amplos da vida são valores e atitudes dificilmente compatibilizados em uma só personalidade.

Otaviano foi o único dos mineiros, da geração que ajudou a construir a Democracia Socialista, que migrou e construiu

liderança pública. Não é por acaso, que uma forte amizade e mútua admiração uniam Otaviano e Raul Pont. Ambos se reconheciam nesta qualidade de organizadores de partido e lideranças públicas.

A FELICIDADE

A trajetória do que sobrou do corpo de Otaviano refez, ao inverso, a sua história. A vigília dos moradores do bairro Jardim da Penha em Vitória, onde foi decretado três dias de luto oficial, seguiu-se a passagem comovida em Belo Horizonte e o enterro que mobilizou todos os recursos da compaixão de uma pequena cidade do interior de Minas.

Este é o segredo de Otaviano. Já amado por seus companheiros de infância, a sociabilidade simpática e natural. Levou este dom para a militância, transfigurando-o e enriquecendo-o com o solidarismo da tradição socialista.

Uma vez, em um poema quase testamento, Vinícius de Moraes buscava "um só Vinícius" após tantos amores, tantas esperanças, tantos poemas, entre eles, um dos mais belos sonetos da língua portuguesa, o da separação. Mas a unidade na vida de Otaviano é esmagadoramente exemplar. Sem mortificações, sem concessões a uma certa cultura da melancolia, do ceticismo e do sofrimento.

O que seu sorriso tão típico e límpido nos revela é o canal secreto por onde a felicidade de um se comunicava solidariamente com a busca da felicidade pública. Que por sobre a dor incontornável da perda, sejamos capazes de sorrir também para este nosso amigo. Obrigado, companheiro, por você ter existido!

Parecia uma verdadeira artéria do PT no Espírito Santo como bem definiu Lula.

Parece que um pouco da gente continua se esvaindo, quando a gente acorda e sente necessidade de conversar com o companheiro...

JUAREZ GUIMARÃES

ELEIÇÕES EUROPÉIAS

AVANÇOS DA ESQUERDA

ALAIN KRIVINE COMENTA
AS ELEIÇÕES E O BOM
RESULTADO DA ESQUERDA
REVOLUCIONÁRIA
NA FRANÇA.

DA REDAÇÃO

As eleições para o parlamento europeu de 13 de junho, realizadas no auge da guerra dos Balcãs, mostraram a situação política que vive hoje o continente. Em primeiro lugar, pela abstenção massiva e, em certos países, sem precedentes (78% na Inglaterra), revelando a consciência da falta de poderes do parlamento de Estrasburgo. Depois, pela enorme derrota da social-democracia, no governo

em 11 dos 13 países da União Européia – foi particularmente grave o retrocesso do PSD alemão e do Partido Trabalhista inglês, cujos líderes Schröder e Blair, lançaram um manifesto conjunto em defesa da "terceira via", a incorporação do programa neoliberal pela social-democracia. Os verdes recuaram na Alemanha, mas cresceram em boa parte da Europa (França, Bélgica, Holanda, Áustria e mesmo Inglaterra), consolidando-se como corrente política em escala continental. Todos os Partidos Comunistas – exceto o da Suécia em plena expansão – não ultrapassaram os 10% dos votos.

Neste contexto, é significativo o resultado da lista Lutte Ouvrière (LO) e Liga Comunista Revolucionária (LCR), que obteve 5,2% dos votos na França, elegendo cinco deputados europeus (três da LO e dois da LCR). Ela se soma a outras listas radicais que, nesta e nas últimas eleições, conseguiram firmar sua presença parlamentar, superando as barreiras legais de ingresso em legislativos na



OTAVIANO: SINÔNIMO DE LIDERANÇA REVOLUCIONÁRIA

A passagem de Otaviano pelo Espírito Santo está expressa na dedicação de uma vida à luta das e dos trabalhadoras/es. É muito difícil falar sobre Otaviano quando ainda o sentimos nas suas atitudes. Só um poeta revolucionário para definir com tanta precisão nosso companheiro e camarada. Falar dele só com poesia, ternura aguerrida, determinação e alegria. A convivência com ele foi um privilégio que dá a força de continuar seus sonhos e ideais, nossos também. Todo o seu ser estava orientado para reconstruir o PT na luta contra FHC e a hegemonia neoliberal do PSDB no Espírito Santo, no país e, como militante internacionalista, em todo o mundo.

Quando chegou ao Espírito Santo em 1980, juntamente com a companheira Lízia, foi como fruto de decisão coletiva de construção da tendência Democracia Socialista no interior do PT. Esta decisão influenciou em todos os seus anos de militância ininterrupta, e também, nos/nas militantes que conviveram com ele.

A trajetória política de Otaviano era multifacetada: primeiro, articulou o movimento de base em seu bairro – Jardim da Penha em Vitória. Trabalhou para a construção da AMJAP-Associação de Moradores de Jardim da Penha, da qual foi seu primeiro presidente. E partiu para a ação. Em 1998, dentre tantas vi-

tórias, a AMJAP manteve o gabarito dos prédios do bairro em três pavimentos frente a sanha dos especuladores imobiliários. Logo mais, desenvolveu intensa luta contra a privatização das praias.

Otaviano construiu diretórios municipais do PT no interior do Estado, acompanhado de sua máquina de escrever, para fazer as nominatas de legalização do partido; impulsionou a construção do Comitê de Solidariedade Internacionalista às diferentes rebeliões/revoluções na década de 1980; participou da luta contra as péssimas condições de trabalho dos jornalistas; organizou a oposição sindical ferroviária - O Araçá; e, em especial, doou toda a sua vida para a construção da Democracia Socialista como tendência do PT. Mas tudo isto não lhe era fardo, fazia tudo como sempre com seu sorriso largo, seu bom humor contagiante e a determinação de um revolucionário consciente em batalha.

O ressurgimento do movimento sindical no Estado em 1980 contou com Otaviano na elaboração de diversos jornais da classe trabalhadora no Espírito Santo: professores, jornalistas, correios, metalúrgicos, telefônicos, ferroviários, eletricitários, funcionalismo público, etc. Todos os setores de classe no Estado tiveram o privilégio de socializar o texto de ação política classista de Otaviano.

Como parlamentar sua atuação foi

impecável. Dinâmico, ativo, produzindo os jornais, distribuindo-os nas portas das escolas, fábricas e ruas, Otaviano construiu no Espírito Santo uma alternativa de esquerda revolucionária: participou de todas as greves gerais e da maioria das greves de categorias enfrentando a política e a polícia dos governos e dos patrões. Enquanto isto, a sociedade capixaba se aglutinava em torno do PT como opção eleitoral. Não temos dúvida que as vitórias eleitorais que tivemos o foram em parte por todo um passado de coerência e lutas que Otaviano ajudou a consolidar. Assumindo uma função no governo Vitor Buaziz, Otaviano manteve sua coerência política, continuando com as atividades de socialização do conhecimento. Na secretaria de Comunicação, Otaviano tentou colocar a TV-Educativa sob controle do movimento social.

Era um verdadeiro tribuna popular – indignava-se com todas as formas de opressão e exploração, organizando a população nos rumos da sociedade socialista. Aliás, Lenin, Trotsky, Mandel, Marx e Rosa Luxemburgo faziam parte das leituras e citações do cotidiano do encontro de Otaviano na discussão fraterna com companheiros e companheiras do Partido dos/as Trabalhadores/as.

MILITANTES DA DS DO ESPÍRITO SANTO

DESPEDIDA

Ainda sob o terrível impacto da morte do Otaviano e de Beth Lima, vendo o intenso sentimento de tristeza e também de solidariedade se manifestando em todos nós, envio agora – porque de domingo até hoje simplesmente não consegui escrever nada – uma pequena lembrança dos últimos momentos de despedida em Belo Horizonte e em Iguatama (MG). Fomos, de São Paulo, Ítalo e eu. Juntos com Juarez, Duda, Carlos Calazans, que proferiu nossa despedida junto ao túmulo, Dora, André, Vagão, Túlio, Artur, Neuza e outros companheiros, representamos nossa tendência.

Um triste reencontro, em Confins, juntou muitos dos que desde 1977/8 militaram com Otaviano. Estavam muitos militantes da DS e do PT; a turma da Universidade Católica (onde Otaviano estudou): Américo Antunes, Lolota, Sérgio da Luz, Sergio Aspahan, entre outros; estavam também Mauro, coordenador do setor estudantil do grupo mineiro que deu origem à DS quando Otaviano foi integrado, Virgílio e Aluísio, nossa querida lola, e muitos outros. Como que tomando presentes centenas de outros companheiros e companheiras dos muitos estados, que tinham em Otaviano um dos principais construtores da Democracia Socialista e do Partido dos Trabalhadores, sempre com seu sorriso contagiante e amigo, sempre com sua persistência, firmeza, ousadia e coerência.

Encontramos Lízia, sua companheira, e suas duas filhas, Camila, 12 anos, e Mariana, 7 anos. Otaviano tinha 43. Vinham também de Vitória, Artur e Neuza. Lá, mais de três mil pessoas manifestaram-se em solidariedade e tristeza.

Seguimos até Iguatama, sua pequena e bonita cidade natal, cortada pelo São Francisco, mais ou menos a 300 km de Belo Horizonte. Encontramos seus familiares, especialmente seus oito irmãos. Seus pais já faleceram.

Fomos recebidos como os camaradas do Otaviano, de quem ele tanto se orgulhava. Ficamos conhecendo um pouco dessa história do "Bacate", apelido carinhosamente colocado quando ele, garoto, caiu de um abacateiro.

Radical, revolucionário, amigo, assim sua irmã o descreveu, sempre com um sorriso; sem preder seus laços e suas origens, lutou tenazmente pela vida e pelo mais belo dos sonhos da humanidade. Seu corpo, tendo ao lado sua companheira, seus irmãos, seus camaradas, com as bandeiras de Iguatama, do MST, do PT e da Quarta Internacional, foi velado solidariamente. Em uma das mais bonitas músicas de nossa terra e da nossa geração, Outubro, ouvimos que é preciso tirar do lamento um novo canto. Otaviano sabia fazer isso.

São Paulo, 15 de junho de 1999

CARLOS HENRIQUE ÁRABE

RADICAL

Dinamarca (Aliança Vermelha Verde), no País Basco (Herri Batasuna), na Holanda (Partido Socialista, ex-maoista), em Luxemburgo (Movimento "La Gauche", que agrupa diferentes setores), na Escócia (Partido Socialista Escocês) e na Irlanda (Partido Socialista, ex-Militant), além do Partido da Refundação Comunista, na Itália.

Abaixo, Alain Krivine, que com Arlette Laguiller, encabeçou a lista LO-LCR na França, analisa os resultados da campanha.

QUE BALANÇO A LCR TIRA DA CAMPANHA?

É a primeira vez que conduzimos uma campanha de massa desta amplitude e com tamanho eco. Aprendemos muito com esta experiência, em particular como nos dirigimos, através da televisão, à milhões de pessoas, e a dezenas de milhares de pessoas nos comícios. A credibilidade da campanha foi um instrumento para nossos militantes quando eles se dirigiam a seus colegas de trabalho.

Toda a Liga se mobilizou não somente para organizar os comícios comuns com Arlette mas também para o trabalho de base. Muita gente descobriu a Liga nestes meses e criamos muitas novas seções nas províncias. A impressão geral é que a LCR desta vez pode aparecer no campo político em ampla escala. E os comícios comuns com Arlette permitiram juntar públicos diferentes, que não tinham o hábito de se encontrarem. Uma descoberta que enriqueceu todo mundo.

QUAIS VÃO SER, AGORA, OS EIXOS DE INTERVENÇÃO DA LIGA?

Em primeiro lugar, prosseguir os debates e a ação comum com LO onde for possível. É o caso, principalmente, de todas as campanhas ligadas à plataforma comum para o Parlamento Europeu, como o apoio aos sem-papel e aos sem-teto. Espero que possamos prolongar esta ação comum na luta pelas 35 horas ou sobre as aposentadorias. Depois, devemos utilizar estas alavancas

para nos dirigirmos a todas as forças de esquerda ou ecologistas que querem mudar a política do governo e atuarem em conjunto. Isso deve ser feito a nível político, sindical ou associativo.

Em terceiro lugar, devemos continuar a trabalhar para a constituição, à médio prazo, de uma nova força, de um novo partido que não poderá se limitar à simples fusão LO-LCR, o que não está na ordem do dia. Há, já hoje, milhares de militantes nos partidos de esquerda ou ativos nos sindicatos e associações diversas (*Ras l'front*, DAL, ACI, etc.) que se sentem orfãos de uma expressão política e que querem animar sua atividade por uma alternativa anticapitalista. Nosso sucesso eleitoral não é forte o bastante para desencadear um rápido processo de recomposição política. Mas é importante começar a popularizar este projeto de um novo partido como uma bússola indispensável.

Finalmente, devemos mais do que nunca prosseguir a batalha, iniciada em nosso últi-

mo congresso, para desenvolver a LCR, abri-la, rejuvenescê-la e feminilizá-la.

QUE TIPO DE TRABALHO SERÁ POSSÍVEL NO PARLAMENTO?

Interviremos, antes de tudo, como militantes que tem um lugar suplementar de atuação. Saberemos atravessar a rua, depois das manifestações dos desempregados, para estender suas reivindicações ao recinto do Parlamento e voltar para as ruas com os meios políticos e materiais superiores para a manifestação seguinte. Buscaremos, neste Parlamento, publicar dossiês que interessam aos movimentos sociais, tornando tudo público. Faremos propostas para colocar cada partido e cada deputado contra a parede, sobre os temas que vão do salário mínimo à regularização dos sem-papéis. Utilizaremos os novos meios à nossa disposição para colocá-los a serviço do movimento social e ajudar o desenvolvimento das suas mobilizações em escala europeia.

DIAMANTES LÍQUIDOS

Qual a diferença entre o estado líquido e o sólido? Em geral, dizemos que um sólido tem uma forma definida e um líquido adquire a forma do recipiente onde o colocamos. Do ponto de vista microscópico, os sólidos tem seus átomos bem ligados uns aos outros, cuja posição permanece fixa. Se a posição destes átomos mostra uma regularidade, então temos um cristal. Já nos líquidos, os átomos estão em desordem e não estão ligados uns aos outros (um líquido é como uma multidão saindo de um estádio de futebol). Um sólido se transforma em líquido – funde-se – se o aquecemos. O que aconteceria com o diamante se ele fosse fundido?

O diamante é uma forma estrutural do carbono. A outra forma é o grafite. O carbono é o elemento base de toda a vida. As moléculas que compõem o nosso corpo são formadas em grande parte por carbono. O carbono é muito difícil de ser fundido. Isto só acontece a temperaturas da ordem de 4.500°C, o que é muito mais alto do que as temperaturas suportadas por recipientes que pudessem comportar o carbono em estado líquido. Dois anos atrás, cientistas japoneses conseguiram obter, por alguns instantes, carbono derretido. Eles observaram que ele poderia apresentar duas fases, duas maneiras diferentes desta desordem líquida se apresentar.

Agora, através de modelos computacionais, James Glosli e Francis Ree, do Laboratório Lawrence Livermore, sugerem que o carbono pode ter duas fases líquidas. Uma de baixa densidade e outra de alta densidade. Na de alta densidade, obtida a temperaturas acima de 5.000°C e pressões acima de 20.000 atmosferas, o carbono existe como um diamante líquido (cada átomo estando próximo de 4 outros vizinhos). Na de baixa densidade, os átomos tem apenas dois vizinhos, formando estruturas como espaguetes. (*Physical Review Letters*, junho 1999).

DE VOLTA AO PLANETA DOS MACACOS

Uma galinha voa? Se quando pensamos em voar, pensamos numa águia, aí fica difícil dizer que a galinha voa. Contudo, quando definimos o ato de voar como se deslocar por movimentos das asas, a galinha voa. Será que com o conceito de cultura pode ocorrer coisa semelhante? Qualquer um que tenha participado de debates sobre cultura, sabe como é difícil se chegar a um acordo sobre o que é exatamente "cultura". Paulo Freire definia cultura como toda a atividade humana para modificar o ambiente em nossa volta. Neste aspecto, a "cultura" é uma das características que diferencia nossa espécie das demais. Mas será verdade?

As primeiras discussões datam de uns 50 anos atrás, mas só recentemente elas começaram a ganhar peso. Isto ocorreu em 1992, quando examinou-se os hábitos de grupos de chimpanzés. Pelo menos um grupo havia desenvolvido uma ferramenta para otimizar a "pesca" de formigas (um galinho que os macacos enfiam no formigueiro para pegar as formigas, seu alimento). Paulo Freire dizia que uma enxada era cultura. O mesmo se aplicaria às ferramentas dos chimpanzés?

Agora, surge o resultado de uma vastíssima pesquisa, publicado na revista *Nature* de 17 de junho de 1999. Os autores analisaram hábitos de diversos grupos de chimpanzés africanos, procurando eliminar todos aquelas manifestações que poderiam ter origem genética ou mesmo condicionada pelo ambiente. 39 tipos de hábitos foram catalogados. Um importante aspecto desta relação é que diferentes grupos tem diferentes hábitos, mostrando que não se trata simplesmente de fatores genéticos. Como nós humanos, que apresentamos uma multiplicidade de "culturas" diferentes. Isto reforça a idéia que já se tinha a partir da observação de chimpanzés cativos. Eles têm uma grande capacidade de inventar novos hábitos e técnicas, e de passá-los adiante, socialmente. Cada vez mais nos parecemos com nossos primos.

Américo Bernardes

ALGUNS CARGOS MANTIDOS E NOVAS NOMEAÇÕES GARANTEM AUSÊNCIAS EM PLENÁRIO, ABSTENÇÕES E A INTERRUPTÃO DA CPI.

LUIZ HESPANHA

Os vereadores que votaram contra a continuidade da CPI da Máfia da Propina, detendo o *impeachment* do prefeito Celso Pitta e a cassação dos "iguais" fizeram apenas o que deles se esperava. A auto-imolação política, ou o suicídio – como às vezes acontece em países como o Japão –, jamais seriam cogitados, mesmo em tom de brincadeira, pelos integrantes da base governista na Câmara Municipal de São Paulo. Raposas do terceiro mundo choram, mas não praticam o *haraquiri* e, além de não confessarem, jamais ignoram galinheiros, apenas escolhem o momento, depois de observadas as condições, para ter êxito em suas ações. Não lhes interessam a evidência dos rastros, os antigos ou os sobrepastos, no caso em questão, impressões mais que digitais.

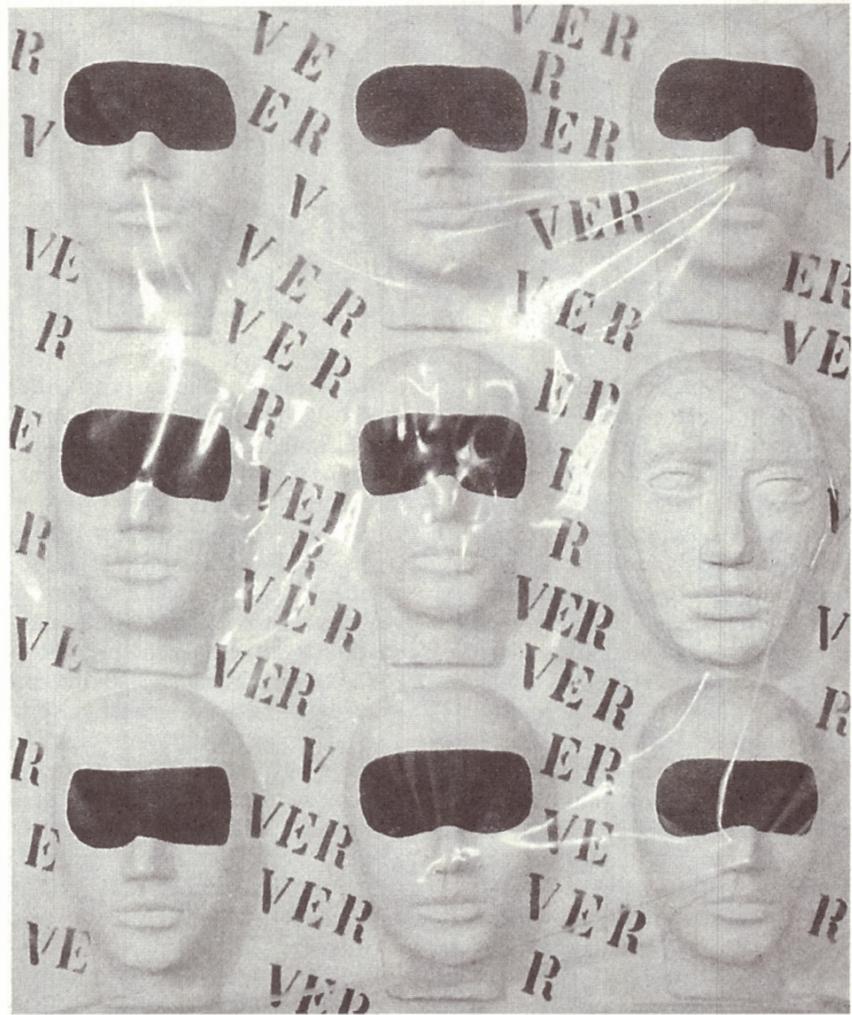
Pesquisa feita pelo *Informestado* mostra que 60% dos paulistanos acreditam que os vereadores situacionistas foram contra a continuidade da CPI por terem medo de serem investigados. 91% acha que os três únicos vereadores que foram acusados pela Comissão, Vicente Viscome, Maeli Vergniano e José Izar, são culpados. 79% acredita que eles vão ficar impunes e não serão cassados. A mesma pesquisa revela que só 21 dos 55 vereadores defendem a cassação do três vereadores que a CPI conseguiu investigar (são precisos 35 votos para que um vereador, ou prefeito seja cassado). Os primeiros números da pesquisa soam melancólicos. O último, o dos vereadores contrários a CPI, soa como confissão.

O fim da CPI praticamente sepultou as investigações de mais de 1.500 denúncias, que vão muito além das administrações regionais; passam pelo serviço de coleta de lixo, sistema de saúde (PAS), serviço funerário e empresas estatais ou autarquias, como a Prodam, Anhembí e Companhia de Engenharia e Tráfego. O pagamento de funcionários fantasmas dessas empresas – todos indicados por integrantes da base de sustentação do malufismo ou pelo próprio Maluf –, foi calculado em torno de R\$ 7,2 milhões, dinheiro suficiente para prevenir enchentes, limpar galerias, canalizar córregos e ainda aplicar boa parte em programas de combate à miséria e assistência a idosos.

TROCA DE FAVORES

A um ano e meio das próximas eleições há muito o que se tentar para sobreviver politicamente, até porque, ninguém acredita que os vereadores governistas tenham um padrão de vida abaixo da maioria dos trabalhadores assalariados, ou da *classe média* que eles dizem representar, padrão este que lhes ameaça a sobrevivência futura. É aí que entra mais um elemento neste processo: a troca de favores entre cúmplices, coniventes e cassáveis. Se somos todos réus aos olhos da opinião pú-

GELÉIA (QUASE) GERAL EM PROPINÓPOLIS



CARLOS ZILIO, VISÃO TOTAL, 1987

blica, é melhor tentar ajeitar as coisas e não ficar nos acusando mutuamente. Assim pensaram Pitta e os vereadores situacionistas, sob a supervisão direta de Maluf, com o beneplácito do alto tucanato. Um ou mais cargos mantidos aqui e ali, uma nova nomeação acolá, garantem a ausência em plenário, a abstenção, a interrupção de uma CPI, ou a não cassação de um mandato, executivo ou parlamentar.

Realizar este trabalho num período como este não é tão difícil como parece. Principalmente quando se tem maioria no Legislativo e apoio de proprietários de trios elétricos e de dirigente de escolas de samba (com bateria e tudo mais). É preciso ter apoio popular "espontâneo"... Povo e festa, ou melhor, pão com mortadela e samba. Sendo o prefeito um negro, melhor ainda, pois os adversários podem ser acusados de racistas. Isto fica ainda mais fácil quando parte da chamada oposição vira aliado, como o PMDB; ou mantém-se sobre o muro, como o PSDB, cujos dirigentes – a começar pelo governador Covas – isentaram publicamente Pitta de maiores responsabilidades, atacando tão somente Maluf.

SOBREVIVÊNCIA E LIQUIDIFICADOR

Mas, a aposta contínua na sobrevivência política também requer a utilização de uma fórmula sempre aprimorada pelas elites, que tem como elemento principal a idéia que a política só deve ser praticada por gente "muito" preparada. Portanto, só a estes cabe a participação

neste "mundinho" de grandes decisões. Isto somado ao liquidificador da mídia, que a todos busca igualar numa suspeitíssima auto-isenção subliminarmente anunciada, aumenta o descrédito em pessoas e partidos. A campanha do *Jornal da Tarde* para que todos comprem o jornal e usem um adesivo com os dizeres "Eu tenho vergonha dos vereadores de São Paulo", é o melhor e mais atual dos exemplos. Como se todos os vereadores fossem aliados incondicionais, circunstanciais, ou no mínimo indiferentes aos desmandos de Pitta e Maluf. Ao leitor/telespectador resta a indignação consentida, com elogios ao trabalho "isento e destemido" da imprensa, cumpridora do seu edificante papel. E temos aí mais um dos momentos de fabricação da história de que o povo tem memória curta. É a mídia delimitando o jogo, embaralhando as cartas, misturando tudo e todos no mesmo saco.

Como no poema de Drummond, Covas não critica Pitta, que finge que briga com Maluf, que finge que ataca Pitta, que flerta com o PFL de ACM, que tece acordos com Covas, que apoia FHC, que tem o apoio de ACM, que tem a simpatia de Maluf, que agora ataca FHC, que a exemplo dos demais acha que o PT não pode ganhar as eleições e administrar o terceiro maior orçamento do país. Oh! Céus!

E os petistas? Estão entre os melhores guardiães da memória e os melhores construtores da nossa história? Sim, desde que provem isto a todo instante.



LUIZ HESPANHA É JORNALISTA.

EM UM CONGRESSO ACIRRADO, A CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES DEBATE SEU PAPEL POLÍTICO NA LUTA CONTRA O NEOLIBERALISMO.

ANTONIO JOSÉ E HEDER DE SOUZA

A eleição por chapa significou a superação da forma anterior de composição da direção (indicação por movimentos e por estado). Além de possuir um maior acúmulo de experiências, a direção eleita, poderá dar um novo impulso para a Central. Por outro lado, a retirada dos setores esquerdistas do processo de eleição de chapas, mesmo afirmando que continuarão a construir a central por meio das regionais, significa um questionamento de sua representatividade.

Outra questão que deve ser aprofundada pela atual direção é o potencial de luta dos movimentos por moradia. A CMP sofre uma certa polarização de disputa de rumos por dois movimentos de moradia de peso, a União dos Movimentos de Moradia e o MNLM. Para esta disputa não se tornar um problema ainda maior, é necessário retomar a prioridade de discussão e encaminhamento de lutas pela Reforma Urbana e pelo Fundo Nacional de Moradia, pontos centrais para pensar, a partir das lutas locais, a conquista de qualidade de vida e a efetiva democratização da cidade.

Na questão do desemprego, uma das principais armas política do neoliberalismo, a CMP também deve propor iniciativas para organizar os desempregados. Não se trata apenas de reivindicar o direito ao trabalho. Trata-se, antes de tudo, de reivindicar os direitos do cidadão—moradia, transporte, alimentação, saúde, educação, cultura e lazer.

Estes são alguns dos desafios que a Central deverá enfrentar.



ANTONIO JOSÉ DE ARAÚJO É MEMBRO DA COORDENAÇÃO DA CMP/SP E HEDER DE SOUZA É ASSESSOR DA SECRETARIA ESTADUAL DE MOVIMENTOS POPULARES DO PT.

NOVOS RUMOS PARA A CMP

O 2º Congresso Nacional da Central de Movimentos Populares (CMP), realizado entre os dias 13 e 16 de maio, em Belo Horizonte (MG), debateu o papel político que ela deverá cumprir nas lutas populares contra o neoliberalismo no país.

Durante os três dias de congresso, a situação política atual, plano de lutas, estrutura e eleição da direção, bem como um balanço da CMP estiveram na pauta das discussões dos 489 delegados (as), representantes dos movimentos de moradia, mulheres, saúde, negros (as), crianças e adolescentes e portadores de deficiências oriundos de 12 estados.

O papel da CMP diante da crise política e de legitimidade do governo FHC e a articulação dos militantes petistas em torno de uma tese unificada marcaram os debates nas plenárias do congresso. O clima tenso e o acirramento das divergências, já previsto, ficou claro com a inscrição de três teses. A tese *Movimentos populares como sujeito estratégico*, assinada somente por petistas venceu a disputa para a tese-guia. *Por uma Central de Lutas* foi defendida por militantes (petistas e não petistas) do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM) de Minas Gerais e do Paraná, principalmente. E, finalmente a tese *A CMP na luta pela emancipação humana*, aglutinou militantes do MNLM vinculados ao PART (Partido Revolucionário dos Trabalhadores pela Emancipação Humana) do Ceará e anarquistas. Os grupos signatários das duas teses derrotadas acabaram compondo uma chapa, que acirrou e polarizou, ainda mais os debates, ao ponto de seus 210 delegados se retirarem da eleição da direção no último dia, sem apresentar motivos concretos que justificassem a acusação de irregularidades no credenciamento, que segundo os grupos teria havido.

NOVO PATAMAR DE LUTAS

A tese vencedora reafirmou a perspectiva da construção da CMP no campo democrático-popular: "a construção do socialismo — objetivo estratégico da entidade — tem, hoje, como tarefa central o combate ao projeto neoliberal. Cabe à CMP ajudar a unificar o campo democrático-popular". Quanto à conjuntura, a posição da entidade é apoiar e fortalecer o *Fora FHC e o FMI*, pois "só um governo

democrático e popular pode atender aos interesses do povo". Neste sentido, a entidade defende também o fim do governo FHC, por convocação de eleições presidenciais, por meio da mobilização social, articulado em torno de um programa alternativo que inclua entre outros pontos: o não pagamento da Dívida Externa; efetivação das reformas Agrária e Urbana; investimentos na área social; imposto sobre as grandes fortunas.

O plano de lutas aprovado pelo congresso inclui, ainda, a atuação e fortalecimento do Fórum Nacional de Lutas, a participação no Grito dos Excluídos Latino-americano (12/10), preparação de uma grande manifestação em Brasília, neste 2º semestre, junto com outros setores, bem como o fortalecimento e participação nas lutas específicas.

Para a CMP, a luta pelo fortalecimento dos movimentos populares passa por um grau maior de exigência de organização e de combatividade.

EIXO DE LUTA

Quando foi fundada, em 1993, a CMP elegeu como eixo de luta a *Reforma*

Urbana e a cidadania, vindo a incorporar, em 1996, no 1º Congresso, a *Reforma Agrária e os Direitos Humanos*. A questão do eixo de luta tem representado uma grande dificuldade política para a Central, devido à heterogeneidade, dispersão e fragilidade organizativa dos movimentos. A principal consequência disto tem sido a perda de representatividade.

O 2º Congresso ao definir como eixo de atuação a luta por *Políticas Públicas, com participação popular* buscou reverter esta situação. Mas de fato só conquistará este objetivo quando tornar-se um pólo aglutinador e espaço de articulação de lutas. O que não significa, de forma alguma, unificação dos movimentos.

Na tentativa de melhorar seu funcionamento o congresso aprovou uma nova estrutura de direção para a CMP, a qual prevê a realização de congressos a cada três anos. Uma instância intermediária foi criada, a plenária de representantes - composta por lideranças dos estados, de movimentos de caráter nacional e de setoriais -, que deverá se reunir, uma vez por ano, para elaborar diretrizes e atualizar o plano de lutas. E, finalmente, a direção nacional, eleita com dezessete membros, deverá eleger uma executiva composta por sete integrantes.

MEIO AMBIENTE

A POLÊMICA DOS TRANSGÊNICOS

O Ministério da Agricultura aprovou, no dia 17 de maio, o registro de cinco variedades de soja transgênica desenvolvida pela Monsoy, subsidiária da Monsanto. Com esta liberação entramos definitivamente na polêmica dos riscos associados à produção, comercialização e ao consumo de organismos geneticamente modificados (ogm), os chamados transgênicos (produtos que têm o seu material genético alterado por meio da introdução de genes capazes de gerar plantas tolerantes a herbicidas, resistentes a pragas, à deficiência hídrica ou, ainda, plantas que agregam atributos nutricionais e farmacêuticos aos alimentos). O milho transgênico deve ser a próxima "novidade" no Brasil, devendo chegar ao mercado em 2001.

O governo parece ter cedido às pressões das empresas multinacionais,

sobretudo as de agrotóxicos e biotecnologia. Segundo a organização ambientalista *Greenpeace*, estas multinacionais têm desenvolvidos variedades de plantas dependentes de suas marcas de pesticidas e herbicidas exclusivamente para aumentar os lucros.

O cultivo de transgênico pode agravar o problema da fome no mundo ao concentrar a produção num pequeno número de variedades e reduzir a independência de pequenos agricultores, adverte a ONG *Christian Aid*; assim, além de depender das multinacionais para fornecimento de sementes, os agricultores seriam obrigados a comprar também agrotóxicos produzidos pelas mesmas empresas, que garantiriam desta forma um virtual monopólio do mercado de insumos agrícolas.

A comunidade científica, assim co-

mo o governo gaúcho (*Jornal do Brasil*, 18/5, p.10) entende que deve ser feita uma moratória de 5 anos para a liberação das plantas transgênicas para cultivo intensivo. Este tempo seria necessário para que os estudos de impacto ambiental sejam realizados e verificados o efeito destes produtos na saúde humana e dos animais, pois com relação ao meio ambiente um dos problemas levantados é a destruição da biodiversidade de insetos, com a quebra da cadeia alimentar de outros animais.

No momento, as entidades de defesa do consumidor lutam pela rotulagem dos transgênicos e pelo direito de serem informados sobre todas as características dos produtos. Como fica a livre escolha?

Gilberto da Silva

O FUTEBOL-EMPRESA QUER TRANSFORMAR OS CLUBES EM MÁQUINAS MILITARES DE JOGAR COM ATLETAS DISCIPLINADOS E OS ESTÁDIOS EM "SHOPPING-CENTERS" ONDE NÃO CABE O POVO.

JOSÉ PAULO FLORENZANO

No dia 28 de abril de 1999, numa reunião realizada no Parque São Jorge, dirigentes do Corinthians e do grupo norte-americano de investimentos *Hickes Muse, Tate & Furst Incorporated*, anunciam a criação da *Corinthians Licenciamentos Ltda.*, a empresa responsável, pelos próximos dez anos, pela gestão administrativa do futebol alvinegro. 89 anos depois da fundação, o "time do povo" vivencia uma refundação, saudada pelo discurso da imprensa esportiva como o ingresso definitivo do clube na modernidade, no universo do *sportbusiness* – isto é, "o circuito mundial dos negócios do esporte" (GM/21/04/99). Mas, neste universo, nem a ética, nem a democracia e muito menos os torcedores das camadas populares fazem parte do espetáculo!

A trajetória do alvinegro paulista talvez possa ser evocada como ilustração desta reviravolta ocasionada pelo avanço do capital na nova fronteira de investimento do campo do futebol.

TIME DO POVO

No dia 1º de setembro de 1910, numa reunião à luz de lampião à gás, realizada no bairro do Bom Retiro, surgia o Sport Clube Corinthians Paulista, fundado por funcionários da *Companhia de Estrada de Ferro São Paulo Railway*. Esta origem simples e humilde do alvinegro viria marcar-lhe profundamente a identidade. Nestes primeiros anos de existência, ser corinthiano era ser trabalhador do pesado. Como afirma L. T. Santos em sua tese *O futebol-empresa e a democracia corinthiana* (Unicamp, 1990), o clube passara a contar com a simpatia popular, sem privilégios ou preconceitos de cor.

A narrativa a respeito da origem do Corinthians, combinando mito e realidade, e reproduzida ao longo do tempo pelo discurso da imprensa esportiva, caracteriza o clube do Parque São Jorge como "time do povo", constituído por uma "grande torcida, quase toda de operários" e formado com jogadores cuja identidade deveria corresponder à da nação alvinegra. A recente declaração do volante Amaral revela-se emblemática da força desta representação: "Sou um operário e aceito tudo o que o patrão mandar fazer... A bola, para mim, é um prato de comida e eu estou com muita fome de jogar" (*Lance*, 08/04/99).

Porém houve uma época na história do "time do povo" na qual os jogadores do alvinegro achavam-se famintos de outros jogos, como, por exemplo, o da democracia direta. De fato, a experiência da "Democracia Corinthiana", deslançada na primeira metade dos anos 80, estabelecia o vínculo entre o "time do povo" e o projeto de sociedade autônoma. Por um lado, ela rompia com o quadro das relações de poder desenvolvidas no campo esportivo, oferecendo uma

A DEMOCRACIA CORINTHIANA E O "SPORTBUSINESS"



alternativa efetiva ao modelo disciplinar-militar implantado nos clubes no decorrer do processo de modernização do futebol brasileiro. Por outro lado, a "Democracia Corinthiana" inseria-se no conjunto mais abrangente dos movimentos sociais então engajados na criação de novas formas de ação política bem como de politização de novos espaços, constituindo-se enquanto sujeitos autônomos.

A experiência desencadeada no alvinegro do Parque São Jorge representava a criação do autogoverno coletivo dentro do futebol profissional, conforme assinala um dos expoentes do movimento, o ex-atleta Casagrande: "o básico era uma participação maior dentro das soluções internas do futebol e, ao mesmo tempo, liberdade". Com efeito, tudo passava sob o crivo da crítica, da reflexão e das decisões tomadas em assembleias pelos jogadores, como relata outra liderança do movimento, o ex-atleta Sócrates: "tudo a gente decidia, tudo tinha que passar pela gente... O importante era que a maioria decidia e a decisão da maioria todo mundo assumia".

Esta experiência inédita conduzida pelo coletivo dos atletas profissionais do Corinthians configurava-se como um projeto de autonomia que – ao propor o auto-governo no futebol – ameaçava irradiar-se para outros domínios da sociedade brasileira, apoiando-se e reforçando a luta pela autonomia dos movimentos populares. A luta de contestação penetrava no futebol e questionava os limites estreitos dentro dos quais o discurso e as práticas de poder pretendiam aprisionar o atleta profissional. Esta experiência revolucionária questionava significações centrais da sociedade, como, por exemplo, "a idéia de que é 'natural' que alguns mandem e outros obedeçam", idéia, de resto, refletida de modo exemplar na fala do "jogador-operário" Amaral.

Considerando-se a posição simbólica ocupada pelo futebol na cultura brasileira, a visibilidade conferida à "Democracia Corinthiana" era um exemplo potencialmente perturbador para os grupos dominantes que contam com a apatia dos indivíduos nas arquibancadas, nos campos de futebol e na vida política.

Hoje, porém, no quadro das mudanças instauradas pelas multinacionais do *sportbusiness*, o futebol volta a encerrar antigas lições, retomadas e reiteradas com veemência pelo advento do clube-



deixa margem à dúvidas: "A geral... estaria com os dias contados, de acordo com o seu (do arquiteto) projeto. Ele estenderia as cadeiras até a beira do campo. 'Os primeiros lugares teriam uma visão de cinema. Além do mais, acabaria com aquele fosso entre o campo e a geral'" (JB/15/12/96)

No estádio modelado como um *shopping center*, o fim das gerais prenuncia a exclusão popular: "Assistir futebol nos estádios deverá logo ser um programa somente para as classes média e alta, segundo Eduardo José Farah, presidente da Federação Paulista de Futebol... 'O povão, diz Farah, vai estar na telinha, as-

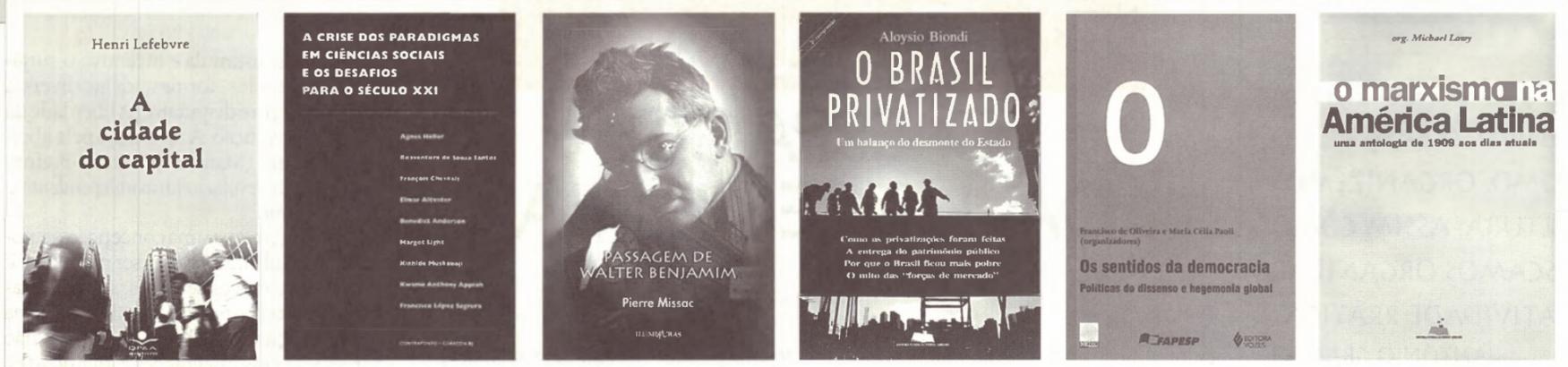
sistindo pela tv. A tendência do futebol é preço alto. A classe média deverá ir aos estádios'" (FSP, 19/07/95). Na verdade, no que se refere ao "povão", talvez nem mesmo na "telinha" ele poderá acompanhar o futebol: a estratégia dos grupos financeiros que estão assumindo o controle dos clubes brasileiros consiste em "vender essas atrações (os times) apenas por *pay per view*" (GM/20/05/99). Ora, o mercado de TV por assinatura no Brasil, esclarece a mesma reportagem, além de restrito (2,3 milhões de assinantes), concentra-se nos grupos sociais mais privilegiados da sociedade (93% nas "classes de consumo" A e B).

O CLUBE-EMPRESA

A década de 1990 representa um novo estágio dentro do processo de modernização inaugurado em meados dos anos 60 sob os auspícios dos militares. Mas o modelo empresarial de gestão do futebol revela-se tão autoritário quanto o do período da militarização, retomando e aprofundando os mecanismos de poder centrados sobre o corpo do jogador, impulsionando o processo de normalização disciplinar em curso. O sonho desta nova fase caracterizada pelo futebol-empresa continua a ser o da máquina-militar de jogar futebol, na qual desponta a figura do técnico-disciplinador com o comando firme e incontestável ao qual deve corresponder a obediência automática dos comandados. O regime de mando-obediência constitui-se em mais uma das "verdades imutáveis" do futebol e se encontra expressa de forma eloquente por um dos principais apologistas do atual estágio da modernização, o técnico da seleção brasileira Wanderley Luxemburgo: "No futebol tudo é muito simples. O treinador é o comandante e o jogador é o comandado" (JT/21/04/93)

Se para o atleta profissional a moder-

CARGO JOSÉ PAULO FLORENZANO É ANTRÓPOLOGO, E AUTOR DE "AFONSIÑO E EDMUNDO: A REBELDIA NO FUTEBOL BRASILEIRO" (SÃO PAULO: MUSA EDITORA, 1998).



Marxismo e a cidade

Henri Lefebvre. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

Edição brasileira do clássico "O pensamento marxista e a cidade". Lefebvre analisa em profundidade os escritos de Marx e Engels sobre a questão urbana em cinco capítulos: A situação da classe operária na Inglaterra; A cidade e a divisão do trabalho; A crítica da economia política; Engels e a utopia; O capital e a propriedade da terra.

CRISE DOS PARADIGMAS

Theotônio dos Santos e outros. *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto; Corecon-RJ, 1999.

Textos de base do seminário organizado pelo Consórcio de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Rio de Janeiro. Destacam-se, entre outros, os

ensaios de François Chesnais, Elmar Altvater, Boaventura de Sousa Santos, Benedict Anderson e Kwame Appiah. Um panorama abrangente do tema.

Walter Benjamin

Pierre Missac. *Passagens de Walter Benjamin*. São Paulo: Iluminuras, 1998.

Contemporâneo e amigo de Benjamin, divulgador de sua obra, Missac é também um dos principais comentaristas da obra do pensador alemão. Aqui ele percorre os principais temas da reflexão de Benjamin tendo como fio condutor sua filosofia da história e seus repercussões para a análise da modernidade.

CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES

Aloysio Biondi. *O Brasil privatizado. Um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

Um útil panfleto de denúncia do saque do Estado empreendido pelos grupos empresariais e políticos envolvidos nas privatizações. Contêm uma série de tabelas sistematizando as informações disponíveis sobre o tema. Em coedição com diversos sindicatos e entidades populares, já alcançou uma tiragem de 35 mil exemplares.

Consenso imposto

Francisco de Oliveira e Maria Célia Paoli (orgs.). *Os sentidos da democracia. Políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis (RJ): Vozes, Brasília, Nedic, 1999.

Obra organizada pelo Nedic, Núcleo de Estudos dos Direitos da Cidadania, que funciona na USP. Inspirados nas reflexões de Jacques Rancière (sobre a democracia como direito ao dissenso) e de Ignacio Ramonet (sobre a globalização e o pensamento único), o livro agrupa dez ensaios de excelente nível sobre as consequências e alternativas ao neoliberalismo. Uma obra teórica importante.

MARXISMO NA AMÉRICA LATINA

Acaba de ser publicada no Brasil uma edição atualizada da antologia clássica de Michael Lowy, *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais* (São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999). Divulgado no final dos anos 70 em francês e espanhol, e conhecido no Brasil principalmente pela edição mexicana da Editora Era, o livro é a mais abrangente obra sobre o marxismo em nosso continente.

A coletânea toma como fio condutor a análise da natureza da revolução na América Latina, tema clássico de debate no marxismo revolucionário e na esquerda continental. Ela acrescenta às quatro partes das edições mais antigas – "A introdução do marxismo na América Latina", "O período revolucionário", "A hegemonia estalinista" e "O novo período revolucionário" – uma quinta parte, que cobre os anos 80 e 90, que Lowy chamou de "Novas tendências". Ai comparecem Frei Betto, Enrique Dussel, Emir Sader, Fernando Martínez Heredia, o PT com sua resolução "O socialismo petista", o manifesto de 1990 do Foro de São Paulo, o MST e o EZLN e subcomandante Marcos. Nela, Lowy mostra a "permanência da utopia revolucionária de inspiração marxista, que torna pelo menos prematuras as tentativas de declarar como terminado o grande capítulo histórico aberto com a Revolução Cubana". Para ele, "outras lutas – sobretudo com base social no campo – exprimem, no curso dos anos 90, uma contestação radical da ordem social, seja, excepcionalmente, sob a forma de guerrilhas..., seja, o que é mais freqüente, sob a forma de movimentos sociais de um novo tipo" (p. 63).

Tão importante quanto a antologia de textos, é o alentado ensaio introdutório de Lowy, também atualizado para esta edição, que oferece uma interpretação de conjunto do desenvolvimento do marxismo em nosso continente. Nele, o autor mostra como o marxismo na América Latina sempre foi marcado por uma tensão entre duas posições fundamentais. A primeira, eurocentrista, dominante na Segunda e na Terceira Internacionais e aqui claramente formulada pelos partidos comunistas estalinizados, sempre trabalhou com a referência de um modelo de desenvolvimento histórico que tem na revolução democrático-burguesa seu momento decisivo. A segunda, dialético-concreta, valoriza as características específicas das formações sociais latino-americanas, criticando a idéia da revolução por etapas. Nasce com Mella e Mariátegui, esta posição seria desdobrada por Che Guevara e marcaria tanto as correntes revolucionárias centro-americanas posteriores, como o marxismo difundido por todo o continente a partir dos anos 60 (e presente em fenômenos tão importantes como a Teologia da Libertação, o PT e o EZLN). É na possibilidade de um marxismo renovado apreender as características de nossas formações sociais que reside – para Lowy e para os autores e movimentos que ele selecionou para a última parte do livro –, sua capacidade de fecundar as práticas revolucionárias contemporâneas.



VIVENDO NO MATRIX NEOLIBERAL

Muitos autores costumam dividir o cinema em três culturas, a clássica, a moderna e a pós-moderna, que até hoje coexistem.

O cinema clássico seria o que mais se aproxima da estrutura da literatura romântica, tratando o espectador como uma criança a ser conduzida ao longo da história, sendo por isso fluente, verossímil e claro (chegando à redundância). Sua construção é toda voltada para fazer o espectador crer, irrefletidamente, que o que está vendo não é um discurso fílmico, mas sim a realidade; daí seu enorme poder ilusório. Exemplos? A imensa maioria dos filmes realizados no filão da indústria cinematográfica norte-americana.

Contra este cinema clássico, surgiram movimentos que podem ser chamados modernos, visando o novo, que só poderá surgir com o rompimento das tradições. Combate a mercantilização e a automatização do cotidiano dos homens e das mulheres. Por se entender como discurso, utiliza amplamente o anti-naturalismo. Exemplos? O expressionismo alemão, a *nouvelle vague* e o cinema novo.

Com o surgimento da pós-modernidade, a idéia do novo foi perdendo sua força. Se não existe o futuro, dizem seus defensores, não há porque romper com o passado e o antigo é revivido nas mais diversas formas. Além do cinema pós-moderno utilizar-se amplamente das culturas clássica e moderna, outras características podem ser observadas, como o pastiche, a monumentalidade, visuais expressionistas e o ceticismo. Com raras exceções, o cinema pós-moderno não tem qualquer preocupação política ou social, como ocorria no cinema moderno e alguns clássicos. Quer realizar filmes tecnicamente

impecáveis, dinâmicos, namorando com a publicidade e a tecnologia. Seria fácil posicionar-se contra o cinema pós-moderno, mas como fazê-lo ao identificar sua presença nos pastiches de Pedro Almodóvar? Ou em obras primas como *Asas do Desejo*, de Wim Wenders, ou *cults* como *Blade Runner*, de Ridley Scott?

Em artigo recente Arnaldo Jabor realiza um diálogo com Carlos Diegues sobre *Orfeu*. Os dois resumam contra a pós-modernidade, contra o cinemão (clássico), conservadorismo... e chegam a falar de "um complô de direita" contra *Orfeu*.

Não caindo na armadilha de comentar os protagonistas Diegues e Jabor e o conservadorismo que eles representam no cenário cultural e político do Brasil, fato é que este artigo é mais um delírio do que uma análise.

Carlos Diegues é um autor desigual; iniciado pelo cinema novo, já realizou diversas metamorfoses (ah, que saudade de *Bye, Bye Brasil!*). Atualmente vem tentando projetar-se no cinemão clássico, de olho no público exterior e com dinheiro da Globo Filmes. *Tieta* foi isso, *Orfeu* é isso. Um filme bem produzido, uma bela fotografia, um cartão-postal do Rio de Janeiro. Todos são poetas, bonitos, coloridos, ninguém trabalha, mas também não sente fome, os maus são muito maus... Tem herói (gostoso, poeta, voz melosa, sensível, bem sucedido...), tem mocinha (sofredora, frágil, difícil, virgem!), tem bandido torturado (nós também temos Scarface!). Nas palavras de Jabor: "a favela é épica".

Esta é a fórmula infalível para tomar *Orfeu* um bom filme clássico, arrasa-quarteirões de bilheteria... Infalível? O toque de medidas do ci-

nema clássico, em iludir de tal forma que o público esqueça que está no cinema, vai por água a baixo, já que as interpretações são tão ruins que é impossível identificar-se até mesmo com a história. As armadilhas do diretor para arrancar algumas lágrimas (amores quase impossíveis, mortes trágicas, crianças, músicas tristes...) são indiferentes e, no final, acaba-se torcendo para que os insossos Eurídice e Orfeu morram de uma vez!

Ninguém pode ser apedrejado por não ser genial, mas o que de fato incomoda é que, no final, o diretor e seus "amigos" tentem convencer que esta é a cara do Brasil e que este é o verdadeiro cinema contestador, em "defesa da reflexão cultural" (sic). Cinemas em tempos de FHC...

Quando cineastas clássicos ou pós-modernos assumem seu puro interesse estético (ou de mercado) causam menos prejuízos que no caso anterior. Ninguém ouviu os autores de *Matrix* (Larry e Andy Wachowski) declarando estar mostrando a "cara de alguma coisa" ou provocando uma "reflexão".

Matrix é um filme pós-moderno. Utiliza-se de outras linguagens (como os quadri-nhos), possui um visual bastante próximo ao expressionismo, tem cenários monumentais, baseia-se todo na tecnologia... Em seu conteúdo, não explícita, mas trabalha com indivíduos alheios ao tempo e espaço real (o *Matrix* do título). Lembra F. Jameson: o mundo pós-moderno é tão complexo que gera uma espécie de esquizofrenia no indivíduo, fragmentando-o e descolando-o do tempo e espaço.

Matrix quer questionar algo? Não é possível afirmar com certeza, além do fato de suas imagens e ações "encherem os olhos" dos espectadores. Não se pode falar das intenções dos autores ao questionarem esta sociedade virtual. Será que falam da nossa própria sociedade? Ao contrário do que defende a pós-modernidade, devemos romper com o que existe (com o *Matrix*), criando o novo? E, se esta é a proposta, será um processo coletivo ou através de um messias (Neo)?

Matrix deixa espaço para reflexões muito maiores do que *Orfeu*, mas ainda distantes das que realmente o público brasileiro deve fazer... Mas isto só são reflexões de quem ainda sente saudade do cinema questionador moderno... Coisa de dinossauros.

Luciana Rodrigues

CULTURA, O ESPAÇO DA HEGEMONIA

"A CULTURA É TAMBÉM UM CONCEITO BASILAR DO SOCIALISMO. ORGANIZEMOS A CULTURA, ASSIM COMO BUSCAMOS ORGANIZAR TODA A ATIVIDADE PRÁTICA".

ANTÔNIO GRAMSCI

LUIZ PILLA VARES E J. LUIZ MARQUES

Se uma palavra bastasse para definir a cultura contemporânea, esta certamente seria "banalidade". Vulgariza-se tudo: as relações sexuais, a violência, a morte. O pós-modernismo — a concepção (?) cultural do neoliberalismo — abdicou de todo espírito crítico, que permeava as grandes culturas do passado e faz o elogio do banal. O sociólogo alemão Robert Kurtz, em um ensaio brilhante publicado no Caderno Mais! (*Folha de S. Paulo*, 4/4/99), afirma: "Se a estrutura da modernidade não é criticada, mas estetizada, então corpos destroçados por granadas, mulheres violentadas, crianças famintas e as obscenidades do poder manifestam-se como simples objetos estéticos. Semelhante 'estetização da política', divorciada da crítica do sistema de ciosões, conduz diretamente à barbárie. Esse foi o segredo do fascismo, que encenou a desintegração da sociedade como sangrenta obra da arte total, à maneira de Nero".

Mas, para esvaziar a cultura de seu espírito crítico e inseri-la na rota da barbárie, era preciso integrá-la no sistema da mercadoria. Entretanto, para transformá-la em mercadoria, era necessário que ela se tornasse "moda", isto é, efêmera, descartável como todo produto de mercado. Elemento essencial do mercado de consumo é a sua rotatividade, a velocidade de sua circulação para que possa ser repostos por outro produto similar. Ora, este é precisamente o ritmo oposto ao das grandes culturas de épocas anteriores que tinham como objetivo "criar para a eternidade". A perenidade é o oposto do mercado, que não tolera a dúvida, a investigação, a crítica. O que o *Deus Dinheiro* requer é a circulação veloz e a ausência de indagação. Por isso, este final de século vive radicalmente a crise da política, a crise da filosofia, a crise do cinema, a crise do teatro, a crise da literatura, a crise das artes, enfim. Por isso, chegamos ao ano 2000 com a "cultura do clip", da fragmentação, do detalhe, do fugaz.

SUJEIÇÃO ESPIRITUAL

Não se trata, porém, apenas de uma questão de lucro e de mercado. A questão é mais ampla e diz respeito à própria reprodução do sistema capitalista como um todo. Estamos falando da hegemonia, no consenso dos dominados em sua própria dominação. Esta é grande função da poderosa indústria cultural contemporânea, da penetração cada vez mais massiva dos meios de comunicação e da destruição em larga escala de culturas originais para a formação de um só pensamento e de um só idioma. Estamos no pólo oposto da indústria cultural tal como a pensou Walter Benjamin em *A obra de arte na época de sua reprodução técnica*. Benjamin via as conquistas técnicas no campo cultural como uma forma radical de democratização, de "dessacralização" da estética, como perda do caráter "único" da obra de arte. Entretanto, manejada pelo capitalismo, a indústria

cultural, ao invés de libertar milhões de seres humanos para a imaginação e o prazer estético, conduziu-os para as mais grosseiras formas de sujeição espiritual.

Nesse sentido, afirma Kurtz que: "Na modernidade, desintegrada culturalmente por uma economia autônoma, a estética cindida, assume uma forma absurda. Embora todo fenômeno da vida sempre comporte um aspecto estético para o homem, o mundo "economizado" da modernidade desmentiu este fato elementar. O 'trabalho' não é estético, a economia não é estética, a política não é estética, somente a estética é estética. As 'belas-artes' transformaram-se num fantasma. A prisão de vidro do artista moderno consiste precisamente nessa cisão estrutural do campo estético... A arte perambulava de lá para cá dentro dessa jaula; ela não é mais a forma artística de um conteúdo social, não é mais a reflexão estética do todo, mas a 'formalidade' cindida, forma sem conteúdo comum, socialmente definido."

Assim, a afirmação da cultura como espaço da hegemonia é fundamental, pois, como afirma Edmundo Dias, "se nos colocamos no plano das classes subalternas podemos e devemos ser contra a 'modernidade'. Se a 'modernidade' é modernidade capitalista, ela implica pura subordinação e sequer significa ampliação das possibilidades culturais de massa" (*Sobre a leitura dos textos gramscianos: usos e abusos*). Quando se fala em hegemonia temos em vista a criação de uma nova civilização. E é por esta razão que se torna necessária a elaboração

de uma política cultural de esquerda, não como um mero adorno para partidos e governos populares e socialistas, mas como um elemento fundamental na construção da políticas públicas.

Com efeito, no Brasil a esquerda sistematicamente tem considerado a questão cultural (e, portanto, a hegemonia) como um problema menor, ritualístico, quando discussão, que está por ser feita no Partido dos Trabalhadores, merece a maior urgência!

A EXPERIÊNCIA GAÚCHA

Talvez o Rio Grande do Sul, graças às três gestões petistas em Porto Alegre e agora com o governo estadual, tenha o maior acúmulo nesta área vital da políticas públicas. Cabe, portanto, a pergunta: o que significa para o PT do Rio Grande do Sul uma política cultural?

Radicalidade democrática

Contra o pensamento único que o neoliberalismo tenta impor, reivindicamos a democracia sem qualquer entrave. Não cabe ao Estado (ou ao Partido) ditar as "regras culturais". O papel do Estado é abrir os espaços mais amplos para a realização dos vários campos da cultura. Estilos, formas, modos de pensar os mais diversos devem coexistir e ao Estado (e ao Partido) fica o dever de estimular esta coexistência e/ou conflitos. Não falamos aqui, é óbvio, de neutralidade e omissão. O Estado e (o PT) toma partido pela democracia, garante a

democracia, estimula e incentiva o surgimento de estilos, formas, idéias diversas que coexistem e disputam. "A liberdade da arte pela revolução. A revolução pela liberdade da arte" (Manifesto Trotsky-Breton, *Por uma arte revolucionária independente*).

Pluralismo

Evidentemente uma concepção democrática de cultura só poder ser pluralista. E plural em todos os sentidos, seja em relação ao conceito mesmo de cultura, seja na sua realização prática. Isto quer dizer: não forçamos falsas integrações e identidades. O neoliberalismo "integra" culturalmente de cima para baixo, uniformiza, mutila e desagrega culturas originais e singulares. Para nós, a integração só pode ocorrer num processo "natural", onde as diferenças e as singularidades se mantêm e são, mesmo, essenciais. "Escreve sobre tua aldeia e serás universal" (Tolstói).

Descentralização

Trata-se da emergência de novos sujeitos culturais. É imperioso possibilitar o acesso aos bens culturais para as camadas subalternas, as quais o capitalismo faz questão que permaneçam na ignorância, na alienação e na obediência servil, que vicejam no embrutecimento. Não se deve, porém, confundir nosso projeto de descentralização com a idéia de "levar a cultura ao povo". Estamos, aqui, numa via de mão-dupla. Ao mesmo tempo que democratizamos e socializamos os bens culturais, incentivamos a autonomia, a produção local. Mas não fazemos o culto do "popular". Nem toda a produção das classes subalternas tem valor cultural. Porém é preciso criar as condições materiais para que novos sujeitos expandam suas potencialidades, inerentes a todo ser humano, seja no ato criativo, seja na fruição.

Perspectiva ampla

Nossa visão de cultura não se restringe aos eventos ou às chamadas "belas artes". Uma política cultural de esquerda deve resgatar o espírito crítico, provocando diálogos e/ou debates sobre temas contemporâneos: o capitalismo de nossos dias, a atualidade do socialismo, a crise do movimento operário e sindical, a crise da filosofia, a psicanálise, o direito, os limites da democracia representativa e a emergência da democracia direta, a violência, a questão sexual, o racismo, a juventude, a ecologia, os meios de comunicação de massas e o poder, o direito, etc. Da mesma forma, é impossível a moderna prática cultural sem um trabalho com as novas linguagens da televisão e da informática (vídeo, computador, internet).

A nova ágora

A cultura, portanto, não constitui mero ornamento num programa de governo petista. É parte essencial na concretização de uma política de esquerda. Estamos em pleno campo onde ocorre a disputa pela hegemonia, o campo da construção "um bloco intelectual-moral que tome politicamente possível um progresso intelectual de massa, e não apenas de escassos grupos intelectuais" (Gramsci). É nesse campo que se coloca a possibilidade, para os "simples", da ruptura com o senso comum, sendo este a garantia hegemônica dos dominantes e da reprodução ideológica do sistema. É ainda Gramsci quem afirma: "a etapa mais recente (da filosofia da práxis) consiste precisamente na reivindicação do momento da hegemonia como essencial na sua concepção estatal, e na 'valorização' do fato cultural, da atividade cultural, de um front cultural como necessário ao lado daqueles meramente econômicos e meramente políticos". Se a esquerda não compreender isto, jamais chegará a entender efetivamente o significado da luta por uma nova hegemonia.

LUIZ PILLA VARES E J. LUIZ MARQUES SÃO SECRETÁRIO E SECRETÁRIO ADJUNTO DA CULTURA DO RIO GRANDE DO SUL



EM TEMPO

PUBLICAÇÃO DE CARÁTER INTERNO AO PT DISTRIBUÍDA ÚNICAMENTE AOS SEUS FILIADOS